

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02001-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EQUATORIAL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 03.220.438/0001-73
4 - NIRE 35300314531		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Avenida Colares Moreira 477		2 - BAIRRO OU DISTRITO Renascença II	
3 - CEP 65075-441	4 - MUNICÍPIO São Luis		5 - UF MA
6 - DDD 098	7 - TELEFONE 3217-2123	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
10 - TELEX			
11 - DDD 098	12 - FAX 3235-7161	13 - FAX -	14 - FAX -
15 - E-MAIL equatorial@equatorialenergia.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Leonardo Duarte Dias			
2 - ENDEREÇO COMPLETO Avenida Colares Moreira 477		3 - BAIRRO OU DISTRITO Renascença II	
4 - CEP 65075-441	5 - MUNICÍPIO São Luis		6 - UF MA
7 - DDD 098	8 - TELEFONE 3217-2123	9 - TELEFONE 3217-2137	10 - TELEFONE 3217-2245
11 - TELEX			
12 - DDD 098	13 - FAX 3235-7161	14 - FAX 3217-2107	15 - FAX -
16 - E-MAIL leonardo.dias@equatorialenergia.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2007	31/12/2007	2	01/04/2007	30/06/2007	1	01/01/2007	31/03/2007
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG Auditores Independentes					10 - CÓDIGO CVM 00418-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Vânia Andrade de Souza					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 671.396.717-53		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02001-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EQUATORIAL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 03.220.438/0001-73
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2007	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2007	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2006
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	103.295.946	102.635.220	102.635.220
2 - Preferenciais	95.359.502	94.039.957	94.039.957
3 - Total	198.655.448	196.675.177	196.675.177
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Nacional Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3120 - Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Holding
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INICIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02001-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EQUATORIAL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 03.220.438/0001-73
---------------------------	---	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	08/03/2006	350.542	30.000	Reserva de Capital	8.595.988	3,4900000000
02	09/03/2006	353.122	2.580	Integraliz. capital com ações	3.122.228	0,8262800000
03	10/03/2006	527.617	174.495	Reserva de Lucro	0	0,0000000000
04	05/04/2006	713.217	185.600	Subscrição Pública	38.400.000	14,5000000000
05	03/05/2007	713.217	0	Subscrição Particular em Dinheiro	1.980.271	0,0000015149

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
----------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2007	4 - 31/03/2007
1	Ativo Total	790.826	864.905
1.01	Ativo Circulante	197.547	301.932
1.01.01	Disponibilidades	191.111	190.283
1.01.01.01	Caixa	0	0
1.01.01.02	Contas Bancárias à Vista	195	56
1.01.01.03	Ordens de Pagamento Emitidas	(11)	191
1.01.01.04	Fundos de Caixa	0	0
1.01.01.05	Aplicações em Mercado Aberto	190.927	190.036
1.01.01.06	Numerários em Trânsito	0	0
1.01.02	Créditos	0	0
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.01.01	Consumidores e revendedores	0	0
1.01.02.01.02	(-) Provisão p/ Créd.Liquidação Duvidosa	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	6.436	111.649
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	6.271	3.796
1.01.04.02	Baixa Renda	0	0
1.01.04.03	Pagamentos Antecipados	87	22
1.01.04.04	IR/CSLL Diferidos	0	0
1.01.04.05	Depósitos Judiciais	0	0
1.01.04.06	Dividendos a Receber	75	107.820
1.01.04.07	Outros Créditos a Receber	3	11
1.02	Ativo Não Circulante	593.279	562.973
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.01.01	Consumidores e Revendedores	0	0
1.02.01.01.02	(-) Provisão p/ Créd.Liquidação Duvidosa	0	0
1.02.01.01.03	Impostos a Recuperar	0	0
1.02.01.01.04	Pagamentos Antecipados	0	0
1.02.01.01.05	IR/CSLL Diferidos	0	0
1.02.01.01.06	Depósitos Judiciais	0	0
1.02.01.01.07	Outros Créditos a Receber	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	593.279	562.973
1.02.02.01	Investimentos	593.279	562.973
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2007	4 -31/03/2007
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	355.271	325.420
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	238.008	237.553
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	0	0
1.02.02.02.01	Imobilizado	0	0
1.02.02.02.02	(-)Obrig.Vinculadas à Conc.do Serviço	0	0
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2007	4 - 31/03/2007
2	Passivo Total	790.826	864.905
2.01	Passivo Circulante	2.773	109.524
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.01	Encargos da Dívida	0	0
2.01.01.02	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	2.495	1.360
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	107.820
2.01.06	Provisões	101	138
2.01.06.01	Provisões de Férias e Encargos	101	138
2.01.06.02	Provisão para Contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	177	206
2.01.08.01	Folha de Pagamento	8	146
2.01.08.02	Taxa de Iluminação Pública	0	0
2.01.08.03	Taxas Regulamentares	0	0
2.01.08.04	Valores a pagar	0	0
2.01.08.05	Empresa de Pesquisa Energética	0	0
2.01.08.06	Pesquisa e Desenvolvimento	0	0
2.01.08.07	Programa de Eficiência Energética	0	0
2.01.08.08	Outros Créditos a Pagar	169	60
2.02	Passivo Não Circulante	0	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.03.01	Provisão para Contingências	0	0
2.02.01.03.02	Entidade de Previdência Privada	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.02.01.06.01	Ressarcimento ao Gerador - MAE	0	0
2.02.01.06.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	788.053	755.381
2.04.01	Capital Social Realizado	713.217	713.217
2.04.01.01	Capital Social Subscrito	713.217	713.217
2.04.01.02	Capital Social a Integralizar	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	0	0
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2007	4 -31/03/2007
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	11.320	11.320
2.04.04.01	Legal	5.957	5.957
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	5.363	5.363
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	63.516	30.844
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
20001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2007 a 30/06/2007	4 - 01/01/2007 a 30/06/2007	5 - 01/04/2006 a 30/06/2006	6 - 01/01/2006 a 30/06/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	0	0	0	0
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica	0	0	0	0
3.01.03	Encargo de Capacidade Emergencial	0	0	0	0
3.01.04	Outras Receitas	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.02.01	(-) ICMS sobre Venda de Energia Elétrica	0	0	0	0
3.02.02	(-) COFINS	0	0	0	0
3.02.03	(-) PIS	0	0	0	0
3.02.04	(+) PIS/COFINS sobre Ativo Regulatório	0	0	0	0
3.02.05	(-) Cota para RGR	0	0	0	0
3.02.06	(-) ISS	0	0	0	0
3.02.07	(-) Encargos de Capacidade Emergencial	0	0	0	0
3.02.08	(-) Encargos do Consumidor	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	0	0	0	0
3.04.02	Encargos Uso Sistema Transm. e Distrib.	0	0	0	0
3.04.03	Custo de Operação - Pessoal	0	0	0	0
3.04.04	Custo de Operação - Material	0	0	0	0
3.04.05	Custo de Operação - Serviço de Terceiros	0	0	0	0
3.04.06	Custo de Operação - Deprec. e Amort.	0	0	0	0
3.04.07	Custo de Operação - Arrend. e Aluguel	0	0	0	0
3.04.08	Custo de Operação - Taxa de Fiscalização	0	0	0	0
3.04.09	Custo de Operação - Outros	0	0	0	0
3.04.10	Custo de Serv.Terceiros - Pessoal	0	0	0	0
3.04.11	Custo de Serv.Terceiros - Material	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
20001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2007 a 30/06/2007	4 - 01/01/2007 a 30/06/2007	5 - 01/04/2006 a 30/06/2006	6 - 01/01/2006 a 30/06/2006
3.04.12	Custo de Serv.Terceiros - Serv.Terceiros	0	0	0	0
3.04.13	Custo de Serv.Terceiros - Deprec. Amort.	0	0	0	0
3.04.14	Custo de Serv.Terceiros - Arrend.Aluguel	0	0	0	0
3.04.15	Custo de Serv.Terceiros - Outros	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	35.014	67.187	19.647	28.839
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.01.01	Despesas com Vendas	0	0	0	0
3.06.01.02	Prov/Rev. PDD e Perda Cliente Incobrável	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(1.815)	(3.771)	(688)	(697)
3.06.02.01	Despesas Administrativas	(1.118)	(1.956)	(688)	(697)
3.06.02.02	Honorários dos Administradores	(697)	(1.815)	0	0
3.06.02.03	Prov/Rev. Contingências	0	0	0	0
3.06.02.04	Depreciação e Amortização	0	0	0	0
3.06.02.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	4.917	12.194	5.207	(7.600)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	5.619	12.908	5.887	5.890
3.06.03.01.01	Rendas Financeiras	5.619	12.908	5.887	5.890
3.06.03.01.02	Acréscimo Moratório de Energia Vendida	0	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(702)	(714)	(680)	(13.490)
3.06.03.02.01	Encargos da Dívida	0	0	0	0
3.06.03.02.02	Variações Monetárias e Cambiais	0	0	0	0
3.06.03.02.03	Juros dos Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	0
3.06.03.02.04	Comissões	0	0	0	(12.608)
3.06.03.02.05	Outras Despesas Financeiras	(702)	(714)	(680)	(882)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
20001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2007 a 30/06/2007	4 - 01/01/2007 a 30/06/2007	5 - 01/04/2006 a 30/06/2006	6 - 01/01/2006 a 30/06/2006
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	31.912	58.764	15.128	37.136
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	31.456	59.589	16.373	39.624
3.06.06.02	Amortização do Ágio	456	(825)	(1.245)	(2.488)
3.06.06.03	Ganho de Capital em Controlada	0	0	0	0
3.06.06.04	Outras Receitas	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	35.014	67.187	19.647	28.839
3.08	Resultado Não Operacional	(1.605)	(1.674)	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.01.01	Receita Não Operacional	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	(1.605)	(1.674)	0	0
3.08.02.01	Despesa Não Operacional	(1.605)	(1.674)	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	33.409	65.513	19.647	28.839
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(736)	(1.996)	0	0
3.10.01	Contribuição Social	(196)	(531)	0	0
3.10.02	Imposto de Renda	(540)	(1.465)	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.11.01	IR/CSLL Diferidos	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.01.01	Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	32.673	63.517	19.647	28.839

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2007 a 30/06/2007	4 - 01/01/2007 a 30/06/2007	5 - 01/04/2006 a 30/06/2006	6 - 01/01/2006 a 30/06/2006
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	198.655.448	198.655.448	196.675.177	196.675.177
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,16447	0,31973	0,09990	0,14663
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora”), com sede em São Luís no Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de distribuição de energia nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em 30 de junho de 2007, a Companhia mantinha participação de 65,06% (65,35% em 31 de março de 2007) na Companhia Energética do Maranhão (“CEMAR” ou “Controlada”), empresa de economia privada de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o Estado do Maranhão, atendendo, em 30 de junho de 2007, a 1.397.795 consumidores e cobrindo uma área superior a 333 mil Km². O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº. 060, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a CEMAR e a Companhia possui vigência até 10 de agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

Entre agosto de 2002 e abril de 2004, a CEMAR esteve sob intervenção administrativa da ANEEL. Tal intervenção foi encerrada com a troca de controle da CEMAR. Desde então, a nova administração da CEMAR vem implementando uma reestruturação financeira e operacional, focando suas atividades em seus clientes e no retorno do acionista. O processo de reestruturação abrange diversas áreas, desde a renegociação de contratos de financiamento, com o correspondente alongamento do perfil da sua dívida, até renegociações do fornecimento de materiais e prestação de serviços, implementação de uma política mais contundente no combate às perdas e na cobrança das contas em atraso e, por conseguinte, uma política de arrecadação mais eficiente. Estas ações contribuíram para que a CEMAR revertesse o passivo a descoberto verificado em 31 de dezembro de 2003 no montante de R\$146.527, passando a apresentar um patrimônio líquido positivo. Em 30 de junho de 2007 o patrimônio líquido da CEMAR era de R\$546.089.

Em 6 de março de 2006, a ANEEL aprovou a reestruturação societária da Equatorial, que contemplou a alienação indireta das ações representativas de 50% do poder de voto e 46,25% do capital social da Companhia, as quais passaram a ser detidas indiretamente pelo UBS Pactual Latin America Power Fund Ltd., fundo gerido por subsidiária integral do UBS Pactual S.A., conforme reestruturação descrita na Nota Explicativa 21.

Ainda no contexto societário, em 30 de março de 2006, a Companhia realizou uma Oferta Pública de Ações (OPA), representando uma evolução em sua estrutura societária. A

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

partir dessa oferta foram captados R\$540.270, dos quais R\$185.600 referentes à Oferta Primária, com emissões de novas ações. O restante correspondeu à Oferta Secundária, referente à venda de ações dos acionistas controladores e administradores. A OPA foi realizada no âmbito do Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), na forma de UNITS, compostas por 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais. Atualmente, aproximadamente 44% das ações ordinárias e 96% das ações preferenciais estão em circulação no mercado correspondendo a pouco mais de 69% do total de ações da Companhia.

2 CONSOLIDAÇÃO

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução nº 247, de 27 de março de 1996 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada CEMAR.

A participação na controlada CEMAR em 30 de junho de 2007 era de 65,06% (65,35% em 31 de março de 2007), e os ativos, passivos, receitas e despesas do exercício foram integralmente considerados nas informações trimestrais consolidadas.

Adicionalmente, os seguintes procedimentos de consolidação foram adotados, quando aplicável:

- Eliminação das participações no Patrimônio Líquido da controlada;
- Eliminação do resultado de Equivalência Patrimonial;
- Eliminação dos saldos de Ativos e Passivos entre as empresas consolidadas;
- Destaque da participação de minoritários no Passivo e na Demonstração do Resultado; e
- Conforme previsto no Ofício CVM nº. 01/2007 o incentivo fiscal concedido à Controlada pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, (vide Nota Explicativa 9), reconhecido pela CEMAR como uma reserva de capital, foi considerado nas demonstrações financeiras consolidadas no resultado do exercício, reduzindo a despesa de imposto de renda em R\$4.497 (correspondente à participação da Equatorial na reserva de capital apurada pela Controlada).

Os balanços patrimoniais, em 30 de junho de 2007 e 31 de março de 2007, e as demonstrações de resultados dos trimestres findos em 30 de junho de 2007 e 2006 da CEMAR estão compostos, de forma condensada, conforme demonstrado abaixo.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	CEMAR	
	30/06/2007	31/03/2007
ATIVO	1.555.282	1.822.199
Circulante	463.350	696.002
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	367.020	344.850
Permanente	724.912	781.347
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.555.282	1.822.199
Circulante	256.723	427.111
Não Circulante	752.470	897.160
Patrimônio Líquido	546.089	497.928

	CEMAR	
	2T07	2T06
Receita Operacional	296.875	257.517
Deduções à Receita Operacional	(90.447)	(74.227)
Receita Operacional Líquida	206.428	183.290
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(104.645)	(92.838)
Lucro Operacional Bruto	101.783	90.452
Despesa Operacional	(25.306)	(37.672)
Resultado do Serviço	76.477	52.780
Resultado Financeiro	(5.047)	(12.081)
Resultado Operacional	71.430	40.699
Resultado Não Operacional	(292)	(785)
Resultado antes da Contribuição social do imposto de renda	71.138	39.914
Contribuição Social e Imposto de Renda	(23.483)	(13.520)
RESULTADO DO PERÍODO	47.655	26.394

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A conciliação entre o resultado consolidado e o da controladora do trimestre findo em 30 de junho de 2007 está demonstrado a seguir:

Controladora	32.673
Equivalência patrimonial sobre a variação das contas do patrimônio líquido da Controlada que não afetam o resultado desta:	
- Redução da participação societária	(54)
- Ajuste de exercício anterior	1.504
Consolidado	34.123

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as determinações da Lei das Sociedades por Ações, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com a legislação específica emanada pela ANEEL. Essas demonstrações financeiras incorporaram as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: (i) Normas e Procedimentos de Contabilidade 27 (NPC 27) - Apresentação e Divulgações, emitido pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil em 3 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº. 488 naquela mesma data; e (ii) Normas e Procedimentos de Contabilidade 22 (NPC 22) - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, emitido pelo IBRACON em 3 de outubro de 2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 489 naquela mesma data.

Em atendimento às determinações da ANEEL através do Despacho nº. 3.073, de 28 de dezembro de 2006, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007, os encargos do consumidor relativos ao Programa de Eficiência Energética – PEE, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Conta de Consumo de Combustível – CCC, anteriormente contabilizados no grupo de Custo operacional, passaram a ser registrados no grupo de Deduções da receita operacional, efetuando-se as correspondentes reclassificações para os valores apresentados no 1º semestre de 2006.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia e de sua Controlada para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o imposto de renda e contribuição diferidos ativos, a renda não faturada, o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia e de sua Controlada revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

c) Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d) Ativos circulantes e não circulantes:

- Aplicações em mercado aberto

Demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- Consumidores e revendedores

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do período, contabilizado com base no regime de competência (vide Nota Explicativa 6).

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber (vide Nota Explicativa 6a).

- Estoques

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado pelo custo médio de aquisição.

- Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes dos critérios de classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial de baixa renda, estabelecida pela Lei nº. 10.438/02 (vide Nota Explicativa 7).

- Investimento

Representado pela participação em controlada avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

- Intangível

Representado pelo ágio registrado na aquisição da Controlada, decorrente da diferença entre o preço de aquisição e o valor do patrimônio contábil da empresa adquirida, em conformidade com a Instrução nº. 247 da CVM, de 27 de março de 1996. Até o final do exercício de 2005, a Companhia efetuava a amortização do ágio de maneira linear pelo prazo remanescente do contrato de concessão da Controlada, uma vez que a CEMAR não apresentou rentabilidade nos anos iniciais da concessão. A partir de dezembro de 2005, com a CEMAR tendo atingido a lucratividade, a amortização passou a ser feita proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão da CEMAR.

Inclui também o deságio apurado na reestruturação societária da Companhia (vide Nota Explicativa 12), através da qual realizou a aquisição de novas ações do capital da CEMAR. A realização do deságio ocorrerá quando da alienação do investimento ou dissolução da Controlada.

- Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UCs, conforme determina a Portaria nº. 815 da DNAEE, de 30 de novembro de 1994, e as taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução nº. 02 de 24 de dezembro de 1997 e nº. 44, de 17 de março de 1999 da ANEEL. O valor apurado para depreciação é debitado grande parte no resultado e o restante no custo das obras em andamento, em função da utilização de tais bens.

Os gastos que representam o aumento da capacidade instalada ou da vida útil do bem são considerados como ativo imobilizado e capitalizados. Os gastos com manutenção e reparo são registrados no resultado, respeitando-se o regime de competência.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em função do disposto na Instrução Contábil nº. 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº. 444 da ANEEL, de 26 de outubro de 2001, os juros, variações monetárias e encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o valor correspondente às Obrigações Vinculadas à Concessão é apresentado como redutor do Ativo Imobilizado. As citadas obrigações referem-se aos valores recebidos de consumidores para possibilitar a realização dos empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica, e aos recursos recebidos da União, do Estado do Maranhão e de outras fontes, com fins específicos de financiamento de obras de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica, incluindo os recursos do Programa Nacional de Universalização e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural – Programa Luz para Todos (vide Nota Explicativa nº 15d).

- Demais ativos circulantes e não circulantes

Estão apresentadas pelo valor líquido de realização.

e) Passivos Circulantes e Não Circulantes:

- Empréstimos, financiamentos, encargos da dívida e debêntures

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial incorrida até a data do balanço, além dos juros e demais encargos previstos contratualmente e apropriados como despesas financeiras até a data do balanço.

- Provisão para contingências

Estão constituídas com base na avaliação do risco potencial de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados por consultores jurídicos externos e pelos consultores jurídicos da Controlada. O saldo da provisão para contingências está apresentado líquido de seus respectivos depósitos judiciais.

- Demais passivos circulantes e não circulantes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

f) Provisões:

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

econômico seja requerido para saldar tal obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e da sua Controlada foram calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

h) Plano de Complementação de Aposentadoria e Pensão:

Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão patrocinado pela CEMAR são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a deliberação nº. 371/00 da CVM.

5 APLICAÇÕES EM MERCADO ABERTO

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais de primeira linha, remuneradas na sua maior parte, conforme variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em condições e taxas normais de mercado, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia e sua Controlada. Dentre as aplicações está o fundo FIQ-Araçagy no montante consolidado de R\$280.836 (R\$306.526 em 31 de março de 2007), sendo R\$190.927 na Controladora, cujos únicos quotistas são a Companhia e sua Controlada, e tem sua carteira composta por quotas de outros fundos de investimento não exclusivos. A INTRAG-DTVM, uma subsidiária integral do Banco Itaú, é responsável pela administração, gestão e custódia do fundo exclusivo FIQ-Araçagy.

Instituição	Tipo de Aplicação	Controladora		Consolidado	
		30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	31/03/2007
Banco do Nordeste	LFT	-	-	5.345	5.199
Bradesco	Fundos de Investimentos	-	-	5.313	5.175
	CDB	-	-	818	600
CEF	Fundos de Investimentos	-	-	45.365	-
HSBC	CDB	-	-	-	9.277
Itaú	CDB	-	-	-	9.277
	Fundos de Investimentos	190.927	190.036	280.836	306.526
UBS Pactual	Fundos de Investimentos	-	-	864	846
	Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Safra	CDB	-	-	-	26.000
Total		190.927	190.036	338.541	362.900

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Vincendos	Vencidos		Consolidado		Total	PDD
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/06/2007	31/03/2007		
Fornecimento faturado							
Setor Privado							
Residencial	33.188	30.169	9.575	72.932	10.412	62.390	9.316
Industrial	9.005	4.679	5.889	19.573	3.966	17.012	3.658
Comercial, serviços e outras	18.355	9.461	5.461	33.277	4.121	29.849	5.054
Rural	2.691	2.039	2.514	7.244	51	6.844	625
	63.239	46.348	23.439	133.026	18.550	116.095	18.653
Setor Público							
Poder Público	7.754	4.549	2.098	14.401	453	12.779	1.046
Iluminação Pública	3.314	1.605	480	5.399	100	5.005	103
Serviço Público	5.635	2.575	1.297	9.507	594	10.247	1.035
	16.703	8.729	3.875	29.307	1.147	28.031	2.184
Fornecimento não faturado	23.927	-	-	23.927	-	24.684	-
PERCEE	113	-	-	113	-	113	-
Encargo de capacidade emergencial	-	4	42	46	-	46	-
Parcelamento	28.074	2.714	4.586	35.374	3.210	30.280	2.777
Outras	3.977	3.626	5.597	13.200	4.663	4.859	3.260
Subtotal - Consumidores	136.033	61.421	37.539	234.993	27.570	204.108	26.874
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6 b)	8.423	-	197	8.620	197	8.254	197
Concessionárias	204	-	-	204	-	204	-
Cheques em cobrança	-	-	4.384	4.384	4.384	4.720	4.720
Serviços prestados a terceiros	-	-	1.041	1.041	792	936	792
Total	144.660	61.421	43.161	249.242	32.943	218.222	32.583
Ativo Circulante	124.404	61.421	39.523	225.348	29.305	195.758	29.134
Ativo Não Circulante	20.256	-	3.638	23.894	3.638	22.464	3.449

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa está de acordo com os critérios definidos na Instrução Geral 6.32 do Manual de Contabilidade do Serviço

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos

Consumidores residenciais – vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais – vencidos há mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros – vencidos há mais 360 dias.

b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é o ambiente onde são transacionadas as sobras energéticas (energias no curto prazo) verificadas entre os valores de geração e de carga realizados e contratados/previstos. Tais sobras são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por este órgão. Nos meses em que estas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por aquele órgão, os valores são estimados pela CEMAR, utilizando as informações disponíveis.

Os valores correspondentes às operações junto a CCEE foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

A divulgação da apuração das operações efetuadas no âmbito da CCEE, para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, apresentou o montante de R\$64.986. Deste total, há um saldo a receber pela CEMAR de R\$8.010, que está sendo contestado judicialmente. Este saldo pode sofrer modificações, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Do saldo restante, o valor de R\$1.490 representa inadimplência. Desse total, R\$197 está provisionado e R\$1.293 está em cobrança judicial, os quais, atendendo aos critérios fiscais, foram levados à perda, obtendo-se assim o benefício fiscal com a redução do IR/CSLL. As demais operações realizadas até 30 de junho de 2007 geraram direito a crédito de R\$413 (R\$47 em 31 de março de 2007).

A receita total até junho de 2007, líquida dos ajustes de períodos anteriores divulgados pela CCEE, monta a R\$935 (R\$1.360 até 30 de junho de 2006).

c) Acordo Geral do Setor Elétrico:

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – CGCEE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

dezembro de 2001, o Acordo Geral do Setor Elétrico, definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que ocorreu por meio de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse residencial baixa renda) e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras.

As Resoluções nº. 480/2002 (perda de margem) e nº. 001/2004 (ressarcimento do gerador) da ANEEL homologaram os valores referentes a CEMAR de R\$29.250 e R\$33.570, respectivamente. As perdas de margem foram repassadas para a concessionária enquanto que a energia livre arrecadada dos consumidores foi repassada aos geradores de energia, acrescidos dos impostos incidentes sobre o faturamento e da atualização monetária, conforme estipulado pelas Resoluções nº. 369/2002 e nº. 36/2003 da ANEEL. A Resolução nº. 001/2004 da ANEEL fixou em 46 meses o prazo máximo de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE na tarifa da CEMAR, contados a partir de dezembro de 2001 e encerrando-se em outubro de 2005. A CEMAR em cumprimento ao dispositivo legal suspendeu em outubro de 2005 a cobrança da RTE.

Os itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico vinham sendo remunerados com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (BACEN), acrescida de juros de 1% a.a. sobre 90% do saldo. Em 20 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Ofício Circular nº. 2.212, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

- Para o item Perda de Margem, a incidência da remuneração deverá ser: (i) sobre o montante financiado, que corresponde a 90% dos valores homologados pela ANEEL, taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a.; e (ii) sobre os 10% não financiados, taxa SELIC (BACEN);
- Para o item Energia Livre, para o caso em que a Geradora obteve o financiamento junto ao BNDES, calcular a remuneração pela taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., e para as geradoras que não obtiveram financiamento a remuneração deverá ser calculada somente pela taxa SELIC (BACEN);
- Para o item Parcela A, a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC (BACEN).

Em setembro de 2005 a CEMAR terminou de recuperar todo o ativo regulatório correspondente à RTE, restando em seu passivo um valor não arrecadado a repassar aos geradores.

Em conformidade aos Ofícios Circulares nº. 2.212/2005 e nº. 074//2006 da ANEEL/SFF este montante foi atualizado pela variação da SELIC e registrado como fornecedores - Ressarcimento aos Geradores.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em setembro de 2006, a CEMAR emitiu correspondência aos geradores informando os valores que cada um tinha a receber (R\$5.297), considerando 100% do montante arrecadado até momento pela CEMAR, deduzidos de impostos e encargos, conforme Resoluções nº. 36/2003, nº. 089/2003 e nº. 045/2004 da ANEEL. Em 30 de junho de 2007, o valor restante a repassar aos geradores era de R\$228 (R\$221 em 31 de março de 2007).

Os principais itens do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2007	31/03/2007
ATIVO - Recomposição Tarifária – RTE		
Perda de Margem mais Tributos	37.659	37.659
Energia Livre mais Tributos	34.841	34.841
	72.500	72.500
Atualização	20.328	20.328
Amortização da Perda de Margem e Energia Livre	(92.828)	(92.828)
SALDO DO ATIVO	-	-
PASSIVO - Recomposição Tarifária – RTE		
Ressarcimento aos Geradores - Curto e Longo Prazo	(33.570)	(33.570)
Amortização do Ressarcimento (Pagamento aos Geradores)	48.047	48.047
Atualização	(14.705)	(14.698)
SALDO DO PASSIVO	(228)	(221)
EFEITO LÍQUIDO TOTAL DO ACORDO DO SETOR ELÉTRICO	(228)	(221)

7 BAIXA RENDA

Em 1º de julho de 2003, a ANEEL emitiu a Resolução nº. 320 que acrescentou novos procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de Baixa Renda. De acordo com tais procedimentos, em 30 de junho de 2007 a CEMAR possuía R\$11.860 (R\$10.846 em 31 de março de 2007) a receber da Eletrobrás.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	30/6/2007		31/3/2007		30/6/2007		31/3/2007	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IR sobre aplicação financeira	3.246	-	3.283	-	6.430	-	4.776	-
IR antecipado (a)	1.344	-	67	-	5.494	-	3.468	-
CSLL antecipado (a)	1.551	-	316	-	4.749	-	3.514	-
IRPJ a restituir	-	-	-	-	13.984	-	-	-
ICMS a recuperar CIAP (b)	-	-	-	-	18.268	33.429	18.268	31.392
COFINS a compensar (c)	-	-	-	-	-	9.068	-	5.697
PIS a compensar (c)	-	-	-	-	-	1.969	-	1.237
IR/CSLL a restituir	130	-	130	-	130	-	130	-
Outros	-	-	-	-	2.462	-	2.178	-
Total	6.271	-	3.796	-	51.517	44.466	32.334	38.326

(a) O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondiam aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

(b) Com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.

(c) O PIS e a COFINS a compensar decorrem do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº. 10.637/02 e nº. 10.833/03, respectivamente. Ressalta-se que o valor de PIS e COFINS a compensar constante do ativo não circulante refere-se à exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições sociais, conforme mandado de segurança nº. 2006.37.00.005574-3.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Desde maio de 2004, a CEMAR se encontra em processo de reestruturação, tendo este processo se iniciado com a reorganização da estrutura de capital em 2004, e continuado com a reorganização de suas atividades operacionais. Em função disto, a Administração da CEMAR, baseada no disposto na Instrução nº. 371/2000 da CVM, entendeu que o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias deveriam ser reconhecidos no exercício de 2005, considerando que as projeções de lucro tributável da CEMAR, elaboradas por sua Administração, indicavam que esse ativo seria realizado em menos de 10 anos.

Estes créditos fiscais diferidos não possuem prazo de prescrição para sua recuperação, e estão registrados em consonância com as disposições da Deliberação nº 273 da CVM, de 20 de agosto de 1998, e da Instrução nº 371 da CVM, de 27 de junho de 2002. Estão registrados no ativo circulante e no realizável a longo prazo da Controlada, considerando a expectativa de sua realização, determinada com base nas projeções de resultados futuros da CEMAR, observando o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, exceto para os créditos decorrentes de diferenças temporárias, que serão integralmente recuperados no momento da realização do principal.

a) Composição dos Créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Consolidado	
	30/06/2007	31/03/2007
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais	197.884	187.324
Diferenças temporais	-	1.344
	197.884	188.668
Contribuição social		
Base negativa	27.018	29.187
Diferenças temporais	-	3.058
	27.018	32.245
Total	224.902	220.913
Ativo Circulante	11.937	17.667
Ativo Não Circulante	212.965	203.246

b) Expectativa de Recuperação

Baseada em estudos técnicos de viabilidade que indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos, a Administração da CEMAR estima que a expectativa de realização dos créditos fiscais possa ser assim representada:

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Expectativa de Realização	2007	2008	2009	2010	2011 a 2013	Total
Imposto Diferidos	11.937	24.173	29.249	31.892	127.651	224.902

Os estudos técnicos acima mencionados correspondem às melhores estimativas da Administração da CEMAR sobre sua evolução futura e do mercado que a mesma opera. Tais estudos foram efetuados em 2005 e revisados no encerramento do exercício de 2006, sendo aprovado pelo Conselho de Administração da CEMAR em 18 de dezembro de 2006.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais sobre o resultado da Controlada e da despesa de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2007		30/06/2006	
	IR	CS	IR	CS
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	129.944	129.944	87.683	87.683
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal	32.486	11.695	21.921	7.891
Adições:				
Despesas não dedutíveis	64.758	23.189	37.327	13.444
Exclusões:				
Reversões de provisões, RTD e ativos regulatórios	(76.228)	(21.692)	(39.216)	(14.118)
Outros itens:				
Compensação de prejuízo fiscal e Base negativa	(6.305)	(3.958)	(6.010)	(2.165)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	14.711	9.234	14.022	5.052
Incentivo PAT	(50)	-	(328)	0
Reversão IR 2006 efeito Dep. Acelerada	(18.480)	-	-	-
Reversão da provisão de IR/CS apurada em 2006/2005	-	-	(2.302)	(829)
Despesa	(3.819)	9.234	11.392	4.223
Alíquota efetiva (excluindo IR/CS Diferidos)	-2,94%	7,11%	12,99%	4,82%
Ativo Fiscal Diferido	17.168	2.245	7.725	2.781
Ativo Fiscal Diferido (Depreciação Acelerada 2006)	18.480	-	-	-
Despesa total	31.829	11.479	19.117	7.004
Alíquota efetiva com Ativo Fiscal Diferido	24,49%	8,83%	21,80%	7,99%

Incentivo fiscal

As despesas no exercício de 2006 referentes ao Imposto de Renda não consideram o incentivo fiscal obtido pela CEMAR junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que deduz o imposto a pagar e é registrado diretamente como Reserva de Capital na conta de Patrimônio Líquido da Controlada.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Tal incentivo foi obtido pela CEMAR através dos Laudos Constitutivos nº. 0289/2005 e nº. 0323/2005, emitidos pela SUDENE respectivamente em 25 de novembro e 21 de dezembro de 2005, e que outorgam à CEMAR:

- Laudo 0289 – 25% de redução do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida no Estado do Maranhão até janeiro de 2008, declinando este percentual para 12,5% a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013, e
- Laudo 0323 – 75% de redução do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida no Estado do Maranhão até o final do ano calendário de 2015, incidente sobre o excedente da capacidade instalada do empreendimento no Estado do Maranhão.

Esses incentivos impõem algumas obrigações e restrições que devem ser observados pela Controlada:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

10 PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	31/03/2007
Compensação de Variação de Custos da Parcela A (a)	-	-	11.990	24.864
Reposicionamento Tarifário Diferido (b)	-	-	86.211	79.160
Ativo regulatório PIS/COFINS (c)	-	-	2.773	2.763
Debêntures	-	-	-	40
Seguros	87	22	329	320
Outros	-	-	1.004	1.253
Total	87	22	102.307	108.400
Ativo Circulante	87	22	13.324	24.137
Ativo Não Circulante	-	-	88.983	84.263

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Conta de Compensação da Variação de Valores dos Itens da Parcela A – CVA:

A CVA, conforme Portaria Interministerial nº. 025/02 do Ministério das Minas e Energia, representa os acréscimos dos custos não gerenciáveis incorridos pela CEMAR, que somente serão considerados no próximo reajuste tarifário. De acordo com os procedimentos adotados pela ANEEL, o reajuste tarifário contempla percentuais para a amortização da CVA.

Do montante de R\$11.990 (R\$24.864 em 31 de março de 2007), R\$9.309 (R\$23.006 em 31 de março de 2007) correspondem a valores concedidos no reajuste tarifário de agosto de 2006, e que estão sendo amortizados desde então. A amortização acumulada no período findo em 30 de junho de 2007 foi de R\$16.143 (R\$11.739 no período findo em 30 de junho de 2006).

A ANEEL, através da Resolução nº. 369, de 22 de agosto de 2006, homologou o resultado do reajuste tarifário anual da CEMAR. De acordo com a resolução, as tarifas de fornecimento de energia elétrica da Controlada foram reajustadas, em média, em 14,58%, sendo 10,07% relativos ao reajuste tarifário anual e 4,51% relativos aos componentes financeiros adicionais. O percentual de 4,51% será aplicado para a amortização da CVA.

Cabe destacar que parte significativa do reajuste tarifário concedido como componente financeiro reflete o pleito da CEMAR visando o reconhecimento do adicional de receita necessário para cobrir os custos incorridos, desde dezembro de 2004, com o “Programa Luz para Todos”, que não estavam cobertos pelas tarifas. Feita a análise prévia, a ANEEL considerou no cálculo do reajuste tarifário de 2006 da CEMAR um componente financeiro provisório de R\$34.008, que corresponde a um adicional no reajuste tarifário de 4,25%, ou seja, 94% do total de componentes financeiros reconhecidos pela ANEEL no reajuste tarifário de 2006. Até 30 de junho de 2007, a CEMAR já havia recuperado R\$27.561, restando um saldo de R\$6.447.

Outra parcela relevante, no total de R\$5.558, corresponde aos valores a serem devolvidos pela Eletronorte à CEMAR referentes à revisão do cálculo dos passivos regulatórios de PIS e COFINS, descontados da CEMAR na sua revisão tarifária de agosto de 2005. Até 30 de junho de 2007, a Companhia já havia recebido R\$4.632, restando um saldo de R\$926.

b) Reposicionamento Tarifário Diferido – RTD:

O processo de revisão tarifária, previsto nos contratos de concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, aconteceu pela primeira vez no caso da CEMAR em agosto de 2005, e a sua realização está prevista a cada quatro anos. Este processo tem como objetivo redefinir o nível das tarifas de fornecimento de energia elétrica, baseando-se em custos operacionais eficientes e na adequada remuneração sobre os investimentos realizados de forma eficiente e prudente pelas empresas.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O processo de Revisão Tarifária da CEMAR teve início em 2004 e foi concluído no dia 22 de agosto de 2005 com a divulgação pela ANEEL do novo reposicionamento tarifário da Controlada. As tarifas de fornecimento de energia elétrica da CEMAR tiveram reajuste médio de 14,58%, sendo que a ANEEL autorizou, por meio da Resolução Homologatória nº. 196 de 22 de agosto de 2005, apenas o repasse imediato de 7,16% acrescido dos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica (CVA e ativos regulatórios) de 3,80%, implicando em um aumento tarifário total de 10,96%. O recebimento pela CEMAR da diferença do índice foi diferido em três parcelas para os anos de 2006, 2007 e 2008.

A CEMAR vem apurando mensalmente a parcela do RTD, constituída pela diferença entre o índice médio homologado de 14,58% e o repasse autorizado para as tarifas. De acordo com a Resolução Homologatória nº. 196, a ANEEL incluirá na parcela B dos reajustes tarifários dos próximos três anos (agosto de 2006, 2007 e 2008) o montante de R\$42.451 respectivamente para compensar a diferença do reajuste postergado.

Em agosto de 2006, a ANEEL homologou o reajuste tarifário, repassando para as tarifas de fornecimento o montante de R\$42.451 referente a primeira parcela do Reposicionamento Tarifário Diferido.

Em 30 de junho de 2007, a CEMAR havia apurado como Ativo Regulatório o valor total de R\$86.211 (R\$79.160 em 31 de março de 2007), classificado no ativo não circulante, dado a expectativa de realização.

c) Ativo Regulatório PIS/COFINS:

Em 2004, a CEMAR registrou um ativo regulatório decorrente das majorações das alíquotas do PIS e da COFINS conforme a nova legislação (Lei nº. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, Lei nº. 10.833 de 29 de dezembro de 2003 e Lei nº. 10.865 de 30 de abril de 2004). O reconhecimento desse ativo foi homologado pelo Ofício Circular nº. 302 de 25 de fevereiro de 2005, que reconheceu o direito da CEMAR de requerer a compensação desse custo adicional na última revisão tarifária, o que ocorreu em agosto de 2005. A Resolução Homologatória nº196, de 22 de agosto de 2005 incluiu no aumento da tarifa o montante necessário para a recuperação desse ativo. O saldo de R\$2.773, restante no ativo não circulante, representa as perdas apuradas no período de 1º de agosto a 28 de agosto de 2005. O assunto está sendo discutido na ANEEL, pois existem divergências conceituais na definição dos créditos que compõem a base de cálculo.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	31/03/2007
Serviços Pedidos				
Desativações em curso	-	-	2.457	3.045
Alienações em curso	-	-	243	1.662
Serviços em curso	-	-	78	606
Dispêndios a reembolsar em Curso	-	-	45	45
	-	-	2.823	5.358
Outros Créditos a Receber				
Adiantamento a empregados	-	-	1.389	956
Alienações de bens e direitos	-	-	197	19
Outros créditos	3	11	2.009	1.499
	3	11	3.595	2.474
Total	3	11	6.418	7.832

12 INVESTIMENTO EM COMPANHIA CONTROLADA, INTANGÍVEL E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais informações sobre os investimentos na controlada CEMAR e as transações com partes relacionadas seguem abaixo:

	Controladora	
	30/06/2007	31/03/2007
Dados da Controlada		
Em milhares de ações		
Composição acionária da controlada:		
- Ações ordinárias	16.033.444.340	15.959.142.617
- Ações preferenciais - Classe A	123.923.178	123.923.178
- Ações preferenciais - Classe B	162.572.922	162.572.922
- Total de Ações (a)	16.319.940.440	16.245.638.717
Em milhares de R\$		
Patrimônio líquido da controlada		
- Capital social (a)	157.727	157.727
- Reserva de Capital	23.530	20.712
- Reservas de Lucro	280.509	280.509
- Lucros Acumulados	84.323	38.980
- Total do patrimônio líquido	546.089	497.928
- Resultado do período	47.655	38.980

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dados do investimento da Controladora

Participação na Controladora

- Total de ações (em milhares)	10.617.318.360	10.617.318.360
- Participação (%) (a)	65,06%	65,35%

Movimentação conta de investimento:

Saldo inicial	325.420	297.356
Aquisição por integralização de capital (b)	-	-
Equivalência patrimonial	31.456	28.133
Ganho/Perda de participação societária	(1.605)	(69)
Dividendos declarados pela controlada	-	-
Outros	-	-
Saldo final	355.271	325.420

Dados do intangível:

Ágio (c)	240.662	241.943
Amortização no período	455	(1.281)
	241.117	240.662
Deságio (d)	(3.109)	(3.109)
	238.008	237.553

Saldos com controladores e ligadas:

Dividendos a receber da CEMAR	75	107.820
Dividendos a pagar	-	107.820

Consolidado

30/06/2007 31/03/2007

Saldos com controladores e ligadas:

Dívida com Eletrobrás (e)	252.282	319.150
Encargos dívida Eletrobrás – despesa (e)	(3.863)	(6.240)
FASCEMAR (f)	28.473	28.494
Encargos dívida Fascemar – despesa (f)	(875)	(895)
Dividendos para a Controladora	75	107.820
Contas a Receber	106	99

(a) Em 3 de maio e 1º de junho de 2007, foram emitidas 74.301.722.127 ações ordinárias do capital social da CEMAR por conta do exercício de compra de ações pelos beneficiários de seu Plano de Opção de Compra de Ações, reduzindo a participação da

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Companhia em seu capital. A perda no investimento está apresentada no resultado não operacional, no montante de R\$1.605.

(b) Em 9 de março de 2006, os Administradores da CEMAR exerceram parte de suas opções de compra objeto do Plano de Opção de Compra de Ações da CEMAR (“Plano da CEMAR”), gerando a subscrição de 204.329.737 mil ações da CEMAR, pelo preço de R\$12,63 (doze reais e sessenta e três centavos) por lote de 1.000 ações, apurado com base em laudo de avaliação a mercado efetuado por peritos independentes e aumento de R\$2.580 mil no seu capital social, que indicou o valor de mercado de R\$2.580. O valor patrimonial de tais ações era de R\$5.690. Na mesma data, os mesmos Administradores, que também eram beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Equatorial (“Plano da Equatorial”), exerceram parte de suas opções de compra objeto do Plano da Equatorial. Essa transação representou a subscrição de 1.040.744 ações ordinárias e 2.081.484 ações preferenciais do capital social da Equatorial, que foram integralizadas com as ações da CEMAR, obtidas através do Plano da CEMAR, pelo valor de R\$5.690. Adicionalmente, em 30 de maio de 2006, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da CEMAR, em função do exercício de opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Controlada. Foram subscritas 3.302.299 mil ações ordinárias de emissão da CEMAR, pelo preço de R\$12,86 por lote de um bilhão de ações.

(c) Custo histórico do ágio é originário da aquisição de 84,68% de participação na CEMAR, em 30 de junho de 2000 e 4,91% em 31 de agosto de 2001, totalizando R\$266.711 e R\$25.099, respectivamente. Até o último trimestre de 2005, a Companhia efetuava a amortização do ágio de maneira linear pelo prazo remanescente do contrato de concessão da controlada, uma vez que a mesma não apresentou rentabilidade nos anos iniciais da concessão. A partir de dezembro de 2005, um ano após o fim da intervenção, e com a CEMAR tendo atingido a lucratividade, a amortização passou a ser feita proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão da controlada.

(d) A diferença entre o valor patrimonial das ações da CEMAR recebidos pela Companhia e o seu valor apurado conforme item (b) acima, gerou um deságio de R\$3.109.

(e) A CEMAR possui saldos em aberto com a sua acionista minoritária Eletrobrás (conforme descrito na Nota Explicativa 15).

(f) A CEMAR possui saldo em aberto com a Fundação de Previdência Complementar- FASCEMAR (conforme descrito na Nota Explicativa 15).

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras Informações da Controlada:

Plano de Opção de Compra de Ações - CEMAR

Em 6 de dezembro de 2005, o Conselho de Administração da Controlada propôs a criação do Plano de Opção de Compra de Ações da CEMAR, que foi aprovado pela AGE – Assembléia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2005. O Conselho de Administração, em 30 de dezembro de 2005 implementou o referido Plano instituindo seu Comitê de Administração.

Estão habilitados a participar do mesmo os administradores e empregados da CEMAR, na forma a ser definida pelo referido Comitê. O volume global oferecido é de até 3% (três por cento) das ações ordinárias da CEMAR na data de constituição, correspondendo a 480.917.295.334 ações ordinárias, ao preço de subscrição original de R\$0,01 por lote de 1.000 ações, corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), acrescido de juros de 8,0% a.a. (oito por cento ao ano), contados de maio de 2004 até a data do efetivo exercício das opções. Em 23 de março de 2006, 76.385.697.078 de opções de subscrição de ações ordinárias não alocadas foram canceladas.

Conforme mencionado no item “a”, em maio e junho de 2007 foram subscritas 74.301.722.127 ações ordinárias, alocadas aos beneficiários do Plano.

Do total remanescente de ações existentes no plano, 298.651.644.214 ações foram subscritas, existindo ainda opções para a subscrição de 105.879.954.043 de ações até 3 de junho de 2009. Esse montante ainda não subscrito representa 1,00% de diluição dos acionistas.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 ATIVO IMOBILIZADO

	Taxa anual média de depreciação (b)	30/06/2007	31/03/2007
Produção			
Imobilizado em serviço		1.513	1.513
Depreciação acumulada	4,92%	(920)	(909)
Imobilizado em curso (a)		169	169
		762	773
Distribuição			
Imobilizado em serviço		1.420.876	1.356.587
Depreciação acumulada	4,23%	(540.800)	(526.930)
Imobilizado em curso (a)		269.092	256.765
		1.149.168	1.086.422
Comercialização			
Imobilizado em serviço		10.197	9.267
Depreciação acumulada	4,18%	(3.824)	(3.699)
Imobilizado em curso (a)		2.000	2.207
		8.373	7.775
Administração Central			
Imobilizado em serviço		40.366	40.038
Depreciação acumulada	7,93%	(14.290)	(12.474)
Imobilizado em curso (a)		16.070	12.041
		42.146	39.605
		1.200.449	1.134.575
Obrigações Vinculadas à Concessão (c)			
Contribuições do consumidor		(7.381)	(7.342)
Doações, subvenções e outras		(393.544)	(273.883)
Participação da União		(74.833)	(74.833)
Amortização acumulada		-	2.609
		(475.758)	(353.449)
Total		724.691	781.126

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Resolução nº.20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação dos bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Em 30 de junho de 2007 havia R\$350 em bens destinados à alienação (não havia bens com este fim em 31 de março de 2007).

a) Imobilizado em Curso:

O saldo das imobilizações em curso está representado por obras em andamento, materiais em depósito, compras em andamento e adiantamento a fornecedores, nos montantes de R\$237.245, R\$34.846, R\$5.293 e R\$9.947 respectivamente (R\$217.323, R\$45.626, R\$1.475 e R\$6.758 em 31 de março de 2007, respectivamente).

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$29.534 (R\$31.635 em 31 de março de 2007), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e refere-se principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

Foi constituída uma provisão para perdas referente aos itens sem movimentação há mais de 180 dias, cujo saldo em 30 de junho de 2007 é de R\$958 (R\$958 em 31 de março de 2007), registrada em contrapartida da rubrica "Despesas não Operacionais". O saldo do imobilizado em curso na distribuição está apresentado líquido dessa provisão

b) Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução nº. 044, de 17 de março de 1999, da ANEEL, alterada pela Resolução nº. 473, de 6 de março de 2006 da ANEEL, são as seguintes:

Geração	%	Distribuição			
		Linhas, Redes e Subestações - Tensão < 69KV		Linhas, Redes e Subestações - Tensão > 69KV	
			%		%
Gerador	3,3				
Edificação	4,0	Banco de capacitores	6,7	Banco de capacitores	5,0
Turbina de Gás	5,0	Chave	6,7	Chave	3,3
Grupo Motor-Gerado	5,9	Condutor	5,0	Condutor	2,5
Motor de Combustão Interna	6,7	Edificação	4,0	Edificação	4,0
		Estrutura	5,0	Estrutura	2,5
Comercialização/Administração	%	Regulador	4,8	Regulador	3,5
Móveis e Utensílios	10,0	Religador	4,3	Religador	4,3
Edificação	4,0	Transformador	5,0	Transformador de Força	2,5
Veículos	20,0	Medidor	4,0	Disjuntor	3,0

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Resolução Normativa ANEEL nº. 240, de 5 de dezembro de 2005, determinou a equalização das taxas anuais de depreciação para ativos de uso e características semelhantes dos serviços de distribuição e transmissão, com vigência a partir de 1.º de janeiro de 2007.

A estimativa é que haverá uma redução anual da despesa de depreciação do Imobilizado em serviço de aproximadamente de 6,8%, cujos conseqüentes efeitos positivos no resultado serão capturados nas tarifas a partir do próximo ciclo tarifário.

c) Obrigações Vinculadas à Concessão:

As obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessa obrigação é aquele estabelecido pelo órgão regulador para as concessões de distribuição e comercialização, cuja quitação ocorrerá até o final da concessão.

As contribuições dos consumidores referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução dos empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica. As doações e subvenções são representadas substancialmente pelos valores não reembolsáveis repassados pela Eletrobrás para custeio do Programa Luz para Todos, no montante de R\$391.833 (R\$272.173 em 31 de março de 2007), líquidos de impostos. A participação da União corresponde às verbas federais recebidas para a execução de empreendimentos elétricos vinculado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

Em virtude de sua natureza, essas contas não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins da determinação dos indicadores financeiros.

d) Revisão Tarifária Periódica

A Resolução Normativa ANEEL nº. 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes gerais a serem observados pelas concessionárias do serviço público de energia elétrica por ocasião das revisões tarifárias periódicas, previstas nos termos da legislação.

Em conseqüência, as principais alterações introduzidas foram:

- Blindagem da Base de Remuneração Regulatória – BRR aprovada no ciclo anterior (BRR anterior);
- Expurgo de baixas ocorridas entre as datas-base do 3º e 4º ciclos;

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Atualização dos valores remanescentes da BRR anterior pelo IGP-M;
- Consideração dos efeitos da depreciação acumulada ocorrida entre as datas-base do 3º e 4º ciclos; e
- Adições dos ativos ocorridas entre as datas-base do 3º e 4º ciclos.

A taxa de remuneração dos ativos remuneráveis, definida com base no custo médio ponderado de capital (WACC), foi revista, passando de 11,26 % para 9,98%, em termos reais, já descontada a inflação e os impostos.

No trimestre findo em 31 de março de 2007, o valor de R\$2.609 foi reconhecido no resultado do período por conta da amortização das obrigações especiais, as quais passaram a ser amortizadas às mesmas taxas de depreciação dos demais ativos em serviço, mediante a utilização de uma taxa média, a partir de janeiro de 2007, de forma que tal depreciação passe a anular os efeitos da depreciação dos bens a ela vinculados, incorporados ao Imobilizado. No entanto, de acordo com o Ofício Circular nº. 1314 da SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, somente a partir do segundo ciclo tarifário de revisão tarifária é que, as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais deverão ter seus efeitos anulados no resultado contábil. Desta forma, em 30 de junho de 2007, toda a amortização até então reconhecida foi totalmente revertida.

14 FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/06/2007	31/03/2007
Suprimento e Encargos de Conexão		
Eletronorte	3.728	3.703
Chesf	7.032	6.446
Copel	2.903	2.742
Furnas Elétricas	9.662	10.464
CESP	3.544	3.329
Cemig	1.258	1.173
Outros	3.474	3.250
Energia de Curto Prazo	-	107
Encargos de Uso da Rede Elétrica	6.024	6.071
Ressarcimento aos Geradores - Energia Livre	228	221
Materiais e Serviços	63.461	66.075
	101.314	103.581

a) Suprimento de Energia:

Em dezembro de 2005, terminaram os contratos iniciais de fornecimento de energia contratados pela CEMAR junto a Eletronorte e a CEPISA, que representavam uma aquisição de 932.112 MWh de energia. Entretanto, conforme o Decreto/Lei nº. 5.163 de 30 de julho de

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2004, que integra a nova legislação que regulamenta o setor elétrico, a CEMAR negociou novos Contratos para a Compra de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, conforme descrito a seguir:

ENERGIA CONTRATADA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Leilão Chesf	148.920	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produto 2005/2012	2.922.632	2.922.632	2.930.639	2.922.632	2.922.632	2.922.632	2.930.639	-	-	-	-
Produto 2006/2013	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517	-	-	-
Produto 2007/2014	-	405.307	406.418	405.307	405.307	405.307	406.418	405.307	405.307	-	-
Produto 2008/2015	-	-	213.451	212.868	212.868	212.868	213.451	212.868	212.868	212.868	-
Proinfa	12.413	35.302	104.530	104.244	104.244	104.244	104.530	104.244	104.244	104.244	104.244
MCSD	52.665	52.665	52.001	52.665	52.665	52.665	52.001	-	-	-	-
MCSD 4%	32.412	32.412	32.501	32.412	32.412	32.412	32.501	8.926	-	-	-
MCSD Nov	41	247	247	247	247	247	247	247	-	-	-
Nova 2008/2022/2037	-	-	25.649	25.579	25.579	25.579	25.649	25.579	25.579	25.579	25.579
Nova 2009/2023/2038	-	-	-	138.846	138.846	138.846	139.226	138.846	138.846	138.846	138.846
Nova 2010/2024/2039	-	-	-	-	369.847	369.847	370.860	369.847	369.847	369.847	369.847
Leilão A-3	-	-	-	239.498	239.498	239.498	240.155	239.498	239.498	239.498	239.498
Leilão A-5	-	-	-	-	-	162.591	163.037	162.591	162.591	162.591	162.591
Leilão A-1	-	16.194	16.238	16.194	16.194	16.194	16.238	16.194	16.194	-	-
MCSD_Maio	-	1.576	1.576	1.576	1.576	1.576	1.576	1.576	1.576	-	-
MCSD_LIVRE	-	1.397	1.397	1.397	1.397	1.397	1.397	1.397	1.397	-	-
Leilão Fontes Alternativas	-	-	-	-	3.888	3.888	3.899	3.888	3.888	3.888	3.899
TOTAL - MWh	4.279.600	4.578.249	4.898.207	5.263.983	5.637.718	5.800.309	5.815.385	2.801.526	1.681.836	1.257.362	1.044.505

b) Encargo de Uso da Rede Elétrica:

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema – ONS, órgão criado para conduzir o planejamento e a operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, visto a interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado							
	30/06/2007			31/03/2007				
	Circulante		Não Circulante	Total	Circulante		Não Circulante	Total
Encargos	Principal	Encargos			Principal			
MOEDA ESTRANGEIRA								
Tesouro Nacional (1)	218	933	11.309	12.460	460	772	12.795	14.027
	218	933	11.309	12.460	460	772	12.795	14.027
MOEDA NACIONAL								
Eletrobrás (2)	544	5.773	245.965	252.282	-	8.777	310.373	319.150
Eletronorte (3)	-	-	-	-	-	25.161	122.592	147.753
Instituições Financeiras (4)	1.586	116	121.948	123.650	1.294	107	99.319	100.720
	2.130	5.889	367.913	375.932	1.294	34.045	532.284	567.623
Empréstimos - dívida com a FASCEMAR (5)	-	3.888	24.585	28.473	-	3.766	24.728	28.494
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.348	10.710	403.807	416.865	1.754	38.583	569.807	610.144
OUTRAS DÍVIDAS								
Debêntures (6)	-	11.110	267.300	278.410	-	10.616	276.832	287.448
	-	11.110	267.300	278.410	-	10.616	276.832	287.448
TOTAL DA DÍVIDA	2.348	21.820	671.107	695.275	1.754	49.199	846.639	897.592

(1) O saldo com o Tesouro Nacional refere-se aos financiamentos dos contratos de médio e longo prazo e aos juros devidos a bancos comerciais e a outros credores estrangeiros, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nº. 1.541/88 e nº. 1.564/89 do Conselho Monetário Nacional – CMN, que foram objeto de permuta por bônus emitido pela União. Esta dívida está garantida por receitas da CEMAR, provenientes do fornecimento de energia.

(2) Saldo da Dívida com a Eletrobrás:

- Os contratos com a Eletrobrás referem-se basicamente aos recursos para construção de linhas de transmissão e de subestações, para o Programa de Supervisão, Automação e Controle – SAC e ao Programa de Conservação de Energia. Os financiamentos estão garantidos por vinculação das receitas da CEMAR e, em alguns casos, por notas promissórias. Todos estes contratos foram renegociados em 27 de abril de 2004, através da assinatura do contrato de Renegociação das Dívidas.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais características das novas condições repactuadas estão descritas no item (c) desta nota.

- Em 9 de janeiro de 2007 ocorreu a primeira liberação de recursos do contrato de financiamento ECF-2522/2005, assinado pela CEMAR junto à Eletrobrás em dezembro de 2006 no valor total de R\$58.000. A primeira liberação correspondeu a 10% do contrato, ou seja R\$5.800. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano, e seu prazo total é de 7 anos, com carência de 2 anos e amortização de 5 anos. Estes recursos são garantidos por vinculação de receita, e se destinam a financiar os custos diretos de investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema. Não existe cláusula prevendo a liquidação antecipada das parcelas de amortização a vencer.
- Em 02 de abril de 2007 ocorreu a quitação antecipada do contrato 2035/00 da Eletrobrás no valor total de R\$87.073.

(3) Saldo da Dívida com a Eletronorte:

Fornecimento de energia : durante o 2º trimestre de 2004, as diferenças acumuladas relativas às faturas de junho a dezembro de 2001, relacionadas aos ajustes com o racionamento de energia adquirida para o período de janeiro a março de 2002 e as diferenças das faturas de abril a julho de 2002, acrescidas dos respectivos encargos, com saldo atualizado até 14 de abril de 2004 no montante de R\$120.256, foram objeto de renegociação, através do Contrato de Renegociação de Dívida nº. 0152/04-A, celebrado em 27 de abril de 2004, que estabeleceu:

- Pagamento em 7 de maio de 2004, do montante de R\$21.227, corrigido monetariamente pelo IGP-M e acrescido dos juros nominais de 12% a.a. pró-rata dia; e
- O saldo remanescente de R\$99.029, está sendo corrigido monetariamente pelo IGP-M, acrescido dos juros nominais de 12% a.a., e pago em 60 parcelas mensais e sucessivas, calculadas pelo Sistema Francês de Amortização, com vencimento no dia 27 de cada mês, sendo o primeiro vencimento em 27 de maio de 2004.

Transferência de ativos: saldo oriundo da transferência dos ativos correspondentes às instalações integrantes de seu sistema de 230 KV (“Termo de Transferências de Bens, Direitos e Instalações por Dação em Pagamento Parcial e Repactuação da Forma de Quitação de Débitos Remanescentes”). A diferença entre o valor dos bens transferidos e o saldo devedor da CEMAR com a Eletronorte resultou numa obrigação, para a qual a Companhia ofereceu como garantia a vinculação de até 25% de suas receitas. Em 27 de abril de 2004, foi assinado um novo Contrato de Renegociação de Dívida nº. 0152/04-B, que repactuou a dívida, conforme descrito a seguir:

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Saldo devedor de R\$61.441, atualizados até 31 de dezembro de 2003 pela variação do IGP-M;
- Prazo de vencimento de 12 anos;
- Carência de 3 anos de amortização do principal conforme cláusulas descritas no respectivo instrumento contratual “Termo de Ajuste e Obrigações”;
- Juros nominais de 12% a.a. mais a correção monetária pelo IGP-M; e

Liquidação Antecipada: Em 02 de abril de 2007 ocorreu a quitação antecipada da totalidade dos contratos com a Eletronorte no valor total de R\$147.894.

(4) As operações com as instituições financeiras em moeda nacional correspondem aos empréstimos para capital de giro e investimentos, garantidos por nota promissória e em alguns casos por recebíveis. Entre os principais empréstimos com instituições estão:

- Concórdia / Fundo CCV: os bancos credores da Controlada, conjuntamente com os mencionados debenturistas, aderiram ao “Acordo”, assinado em 26 de março de 2004, e posterior “Aditivo” contratual, de 12 de abril de 2004, no qual os credores privados se comprometeram a subscrever com os seus créditos uma nova emissão de debêntures. Em 27 de abril de 2007 ocorreu a quitação antecipada dos contratos com a Concórdia / Fundo CCV no valor total de R\$5.892.
- Banco do Nordeste: no ano de 2006, a CEMAR obteve quatro liberações do empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil, no montante de R\$64.118, com a finalidade de financiar investimentos em redução de perdas técnicas e comerciais, melhoria na qualidade do fornecimento de energia, expansão do sistema de distribuição e atualização de tecnologia da informação. Em fevereiro de 2007, a CEMAR obteve a quinta liberação no montante de R\$27.988. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE sofreu uma revisão no final de 2006, passando de 11,9% ao ano (até dezembro de 2006), para 9,78% ao ano a partir de janeiro de 2007.
- Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP: em setembro de 2006, a CEMAR obteve a primeira liberação do empréstimo obtido junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$1.040 de principal sobre os quais incidem juros de TJLP + 2% ao ano, com a finalidade de financiar investimentos na otimização do desempenho da rede de distribuição e programas de eficiência energética.
- Em 20 de abril de 2006, a CEMAR contratou financiamentos de R\$434 junto ao Banco do Brasil, lastreado por recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de TJLP + 9,5% ao ano. O prazo total deste financiamento é de 5 anos, com carência de 6 meses e

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

amortização de 4,5 anos. Estes recursos são garantidos por alienação fiduciária e garantia de fiança da Equatorial Energia S.A., e se destinam a financiar a renovação da frota composta por dois caminhões com guindaste, uma carreta e uma empilhadeira.

- Em 10 de abril de 2007, a CEMAR contratou o financiamento de R\$28.481 junto ao Banco Itaú BBA, lastreados por recursos originários de repasse pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O custo deste financiamento é de TJLP + 4,8% ao ano. O prazo total é de 5 anos, com carência de 1 ano e amortização de 4 anos. Estes recursos são garantidos por alienação fiduciária e garantia de fiança da Equatorial Energia S.A., e se destinam a financiar a implantação do Programa de Combate às Perdas de Energia Elétrica do Sistema de distribuição da CEMAR, do Sistema de Gestão das Redes de distribuição - “GEOREDE” e do Sistema Comercial da Elucid - “SOMAR UE-COM”. Em 11 de maio de 2007 a CEMAR recebeu a primeira parcela de R\$7.708 e em 21 de maio recebeu o complemento do empréstimo no valor de R\$20.773, totalizando 100% do valor contratado. Neste contrato, a CEMAR deverá apresentar os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base em suas demonstrações financeiras auditadas:

- a) 1ª *Covenant*: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo LAJIDA menor ou igual a 4,50;
- b) 2ª *Covenant*: Quociente entre Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,60.

	2T07	1T07	4T06	3T06
(+) Empréstimos e Financiamentos	695.275	897.592	594.486	565.815
(-) Disponibilidades	(171.858)	(434.830)	(199.443)	(167.371)
(-) Dívida com BNDES - Acordo Setor	-	-	-	-
(-) Dívida com ELETROBRÁS - ECF 1960/99	(125.246)	(123.914)	(121.673)	(118.803)
(-) Baixa Renda	(11.860)	(10.846)	(11.273)	(15.190)
Endividamento Financeiro Líquido	386.312	328.002	262.097	264.451
(+) Lucro Líquido	47.655	38.980	49.609	66.299
(+) Resultado Financeiro Líquido	5.047	8.045	15.073	7.728
(+) Provisão de IR e CSLL	23.483	19.825	19.717	18.514
(+) Depreciações e Amortizações	18.900	12.818	15.426	14.708
(+) Outras Despesas/Receitas não operacionais	292	(713)	(88)	2.922
(+) Perdas/Lucros resultante de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas	-	-	-	-
LAJIDA	95.377	78.956	99.737	110.171
LAJIDA (12 Meses)	384.241	355.308	344.009	312.510
Patrimônio Líquido	546.089	497.927	454.779	564.854
Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA ≤ 4,5	1,0	0,9	0,8	0,8
Endividamento Financeiro Líquido / (Endividamento Financeiro Líquido + PL) ≤ 0,6	0,4	0,4	0,4	0,3

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (5) Em 20 de março de 2001, foi repactuado o contrato de confissão de dívida entre a CEMAR e FASCEMAR – Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, cujo fato gerador foi a dívida que a CEMAR detinha junto à FASCEMAR, proveniente das retenções e dos atrasos nos repasses de suas contribuições como patrocinadora da Fundação. Esse débito consolidado, em 31 de março de 2007 corresponde ao montante de R\$28.494 (R\$28.468 em 31 dezembro de 2006), e está garantido por recebíveis da CEMAR. A dívida resultante deste contrato tem seu pagamento em 168 prestações mensais e consecutivas, desde abril de 2001, com incidência dos juros correspondentes a 102% do DI over extragrupo, calculado e divulgado diariamente pela CETIP.
- (6) Vide Nota Explicativa 16.

a) Escalonamento das Parcelas de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Vencíveis a Longo Prazo:

Em 30 de junho de 2007 os empréstimos, financiamentos e debêntures no longo prazo representam os montante de R\$671.107, e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	2007	%
2008	15.642	2,33%
2009	46.966	7,00%
2010	49.535	7,38%
2011	118.786	17,70%
Após 2011	440.178	65,59%
	671.107	100,00%

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Composição por Índice e Moeda:

Em moeda estrangeira

Dólar norte-americano

Indexador	R\$ mil	US\$ mil	Variação Trimestral	Taxa de Juros
Libor Semestral	12.460	6.469		Taxa mínima: LIBOR as+ 0,81% aa Taxa máxima: Pré-fixada em 8% aa
Em 30.06.2007	12.460	6.469		
Em 31.03.2007	14.026	6.841	-5,44%	

Em moeda nacional

Indexador	R\$ mil	Variação Trimestral	Taxa de Juros
IGP-M	125.246		Spread mínimo: 4,0% aa Spread máximo: 13,4% aa
FINEL	59.169		Spread mínimo: 9,4% Spread máximo: 14,0% aa
Pré-fixado - RGR	67.867		RGR: 6,0% aa + Taxa de Administração: 2% aa
CDI	306.883		102% do CDI
Pré-fixado: FNE	93.310		14% aa; (com Bônus de Adimplemento de 15%, a taxa efetiva é 11,9% aa)
TJLP	30.340		TJLP + 5%aa (com Fator Redutor de 3%aa, o spread é 2% aa)
Em 30.06.2007	682.815		
Em 31.03.2007	883.566	-22,72%	

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Demonstrativo das Dívidas:

Consolidado						
Descrição	Data da Assinatura	Objetivo	Vencimento Final	Encargos Financeiros	30/06/2007	31/03/2007
Eletrobrás					252.282	319.150
RES 150/00-2035/00	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	IGP-M + 13,4%aa	-	87.021
RES 150/00-2033/00	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	RGR + 6,8%aa	2.598	2.589
RES 150/00-2034/00	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 9,4%aa	43.754	43.409
ECF - 1510/97	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 14,0%aa	522	518
ECF - 1639/97	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 11,5%aa	6.126	6.087
ECF - 1645/97	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 13,6%aa	1.054	1.048
ECF - 1960/99	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2023	IGP-M + 4,0%aa	125.246	123.914
ECF - 1907/99	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 11,0%aa	870	860
ECF - 1908/99	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	FINEL + 9,4%aa	6.844	6.807
ECF - 1473/97	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/12/2015	RGR + 13,6%aa	207	206
ECF - 2522/05	22/11/2006	Renegociação de Dívida	30/12/2013	RGR +7,0%aa	5.939	5.865
ECFS - 027/04	2/6/2004	Cobertura dos custos diretos das obras do PLPT	30/6/2016	RGR + 6,0%aa	14.820	15.229
ECFS - 176/07	13/4/2007	Cobertura dos custos diretos das obras do PLPT	30/4/2019	RGR + 6,0%aa	11.640	-
ECF - 140/06	31/3/2006	Cobertura dos custos diretos das obras do PLPT	31/3/2018	RGR + 6,0%aa	32.662	25.597
Eletronorte					-	147.753
Eletronorte - Protocolo	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/8/2015	IGP-M + 12,0%aa	-	90.960
Eletronorte - Suprimento	27/4/2004	Renegociação de Dívida	30/4/2009	IGP-M + 12,0%aa	-	56.793
BNB	23/11/2005	Modernização e Expansão	28/2/2017	11,9% aa	93.310	93.392
Tesouro Nacional					12.460	14.026
STN 01	12/5/1997	Renegociação de Dívida	11/4/2024	LIBOR SEM.+ 0,81% aa	3.027	3.274
STN 02	12/5/1997	Renegociação de Dívida	11/4/2024	6% aa	4.338	4.689
STN 03	12/5/1997	Renegociação de Dívida	10/4/2009	LIBOR SEM.+ 0,81% aa	221	299
STN 04	12/5/1997	Renegociação de Dívida	10/4/2014	8% aa	2.590	3.013
STN 05	12/5/1997	Renegociação de Dívida	10/4/2012	LIBOR SEM.+ 0,88% aa	2.066	2.457
STN 06	12/5/1997	Renegociação de Dívida	10/4/2009	LIBOR SEM.+ 0,88% aa	218	294
Fascemar	20/3/2001	Renegociação de Dívida	2/3/2015	102%CDI	28.473	28.494
Debêntures 2ª Emissão	2/9/2004	Renegociação de Dívida	1/6/2009	IGP-M + 12,0%aa	-	16.126
Debêntures 3ª Emissão	08/03/2007	Liquidação de Dívida	1/3/2013	105,8% CDI	278.410	271.322
Concórdia CCV	28/6/2004	Compra/Venda de Debêntures	30/12/2023	IGP-M + 12,0%aa	-	2.925
Fundo CCV	28/6/2004	Compra/Venda de Debêntures	30/12/2023	IGP-M + 12,0%aa	-	2.925
Finep	13/6/2006	Modernização e Expansão	30/6/2013	TJLP + 2%aa	1.053	1.065
BNDES	10/4/2007	Modernização e Expansão	15/2/2012	TJLP + 4,8%aa	28.885	28.885
Banco do Brasil					402	414
Finame 01	20/04/2006	Renovação de Frota	15/5/2013	TJLP + 9,5%aa	43	44
Finame 02	20/04/2006	Renovação de Frota	15/5/2013	TJLP + 9,5%aa	359	370
TOTAL DA DÍVIDA					695.275	897.592
Circulante					24.168	50.953
Não Circulante					671.107	846.639

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Programa de Universalização de Acesso e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural:

A ANEEL, através da Resolução nº. 223, de 29 de abril de 2003, alterada pelas Resoluções nº. 52, de 25 de março de 2004, e nº. 175, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº. 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW.

Desde o início do programa em 2004, a CEMAR investiu R\$443.041 (R\$396.527 até 31 de março de 2007) referente ao Programa de Universalização.

Em função do impacto do Programa Luz para Todos nas metas do Plano de Universalização, e visando a antecipação do prazo da Universalização, a ANEEL, através da Resolução nº. 175, de 28 de novembro de 2005, solicitou uma nova revisão das metas para o período de 2005 a 2006 e estabeleceu o prazo até 30 de dezembro de 2005 para as concessionárias apresentarem um novo cronograma. A CEMAR, em dezembro de 2005, encaminhou à ANEEL o cronograma revisado para o Plano de Universalização, o qual foi acatado pela agência reguladora.

Programa Luz para Todos

O Decreto Presidencial nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Luz para Todos, no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e das empresas que compõem o sistema Eletrobrás.

Em maio de 2004 foi firmado um termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Estado do Maranhão e a CEMAR com a interveniência da ANEEL e da Eletrobrás, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do programa Luz para Todos, na área de concessão da CEMAR, propiciando o atendimento de aproximadamente 249.000 novos consumidores no meio rural no período 2004-2008. Neste instrumento são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Portaria ANEEL nº. 416, de 31 de agosto de 2005, aprovou a 2ª Versão do Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades.

A CEMAR é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – ECFS nº. 027/2004, assinado em 2 de junho de 2004, com a Eletrobrás, e seus aditivos ECFS nº. 027-A/2004, ECFS nº. 027-B/2004 e ECFS nº. 027-C/2004, ainda vigentes. Este contrato e seus aditamentos prevêem o atendimento de 47.043 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$231.620.

Em março de 2006, a CEMAR assinou, também com Eletrobrás, o contrato ECFS nº. 140/2006 – 2ª Tranche, referente a 2ª fase do Programa, prevendo o atendimento de mais 59.856 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$275.434.

Em abril de 2007, a Companhia assinou, também com a Eletrobrás, o contrato ECFS nº. 176/2007 – 3ª Tranche, referente à 3ª fase do Programa, prevendo o atendimento de mais 73.059 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$291.012.

Os recursos da Eletrobrás serão aplicados conforme demonstrado a seguir:

- O montante equivalente a até 13,34% do custo total das respectivas obras dos contratos mencionados acima, de até R\$798.066, exclusive as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos através dos recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, o qual corresponde à abertura de um crédito no valor de até R\$106.462; e
- O montante total equivalente a até 86,66% do custo total das respectivas obras, exclusive as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos através dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, o qual corresponde à concessão de um crédito no valor de até R\$691.604, a título de subvenção econômica, conforme a Lei nº. 10.762 de 11 de novembro de 2003.

Desde o início do programa em 2004 a CEMAR já recebeu um total de R\$122.347 referentes ao contrato ECFS-027/2004, sendo R\$16.316 provenientes dos recursos da RGR e R\$106.031 da CDE; e R\$244.965, referentes ao contrato ECFS-140/2006, sendo R\$32.662 provenientes dos recursos da RGR e R\$212.303 da CDE; e R\$87.304, referentes ao contrato ECFS-176/2007, sendo R\$11.641 provenientes dos recursos da RGR e R\$75.663 da CDE.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 DEBÊNTURES (Valores expressos em Reais)

Segunda Emissão de Debêntures

Em 30 de abril de 2004, foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária – AGE a emissão pública de 73.642 debêntures da CEMAR, com valor nominal de R\$1.000,00 cada, conversíveis em ações, com garantia flutuante. Tais debêntures foram emitidas em 16 de setembro de 2004, de acordo com a “Escritura da Segunda Emissão Pública das Debêntures Conversíveis em Ações e com Garantia Flutuante da Companhia”, com as seguintes características:

a) Características da Segunda Emissão das Debêntures:

<u>Número da emissão:</u>	2ª emissão
<u>Série:</u>	Única
<u>Data da emissão:</u>	16/09/2004
<u>Quantidade:</u>	73.642 debêntures
<u>Valor Nominal:</u>	R\$1.000,00
<u>Montante Líquido da Emissão:</u>	R\$73.642.000,00
<u>Valor Nominal do Prêmio:</u>	R\$2.223,07
<u>Espécie:</u>	Com garantia flutuante
<u>Tipo de emissão:</u>	Simple
<u>Natureza da emissão:</u>	Pública
<u>Conversibilidade e forma:</u>	conversíveis em ações nominativa escritural
<u>Prazo e data de vencimento:</u>	60 meses vencendo a primeira parcela 30 dias após a data de emissão
<u>Atualização:</u>	de acordo com a variação da Taxa SELIC, no período de 29/02/2004 até a data da efetiva integralização que ocorreu em 16/09/2004. A partir da emissão, a atualização ocorre anualmente pelo IGP-M através de Bônus.
<u>Juros:</u>	12% ao ano, a partir da data da integralização.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A dívida relativa à segunda emissão de debêntures, consolidada e atualizada de acordo com a variação da “Taxa SELIC” no período de 29 de fevereiro de 2004 até a data da subscrição (16 de setembro de 2004), era de R\$1.084,78 para o valor nominal unitário; e de R\$2.411,55 para o respectivo valor do prêmio de emissão, perfazendo um total de R\$3.496,34 por debênture, e foi utilizada para aquisição das novas debêntures, ficando os créditos originalmente detidos pelos subscritores extintos.

O montante total de R\$177.591.596,20, correspondente ao prêmio de emissão das debêntures, foi contabilizado como reserva de capital no patrimônio líquido em 2004.

b) Quitação Antecipada

A 2ª Emissão de Debêntures foi liquidada antecipadamente em 27 de abril de 2007, no montante de R\$16.953mil.

Terceira Emissão de Debêntures

No dia 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR.

Os recursos captados no montante de R\$267.300.000,00 destinaram-se prioritariamente para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a Companhia e, os recursos excedentes, para implementação do programa de investimentos da CEMAR. No mês de abril de 2007, ocorreram os pré-pagamentos contemplando os seguintes contratos mencionados abaixo:

Contratos	Valor (R\$ mil)
ELETOBRÁS (2035/00)	87.073
ELETRONORTE (Protocolo)	91.065
ELETRONORTE (Suprimento)	56.919
2ª Emissão de Debêntures	16.953
Concórdia CCV	2.946
Fundo CCV	2.946
TOTAL	257.902

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Características da Terceira Emissão das Debêntures:

<u>Número da Emissão:</u>	3ª emissão
<u>Série:</u>	Única
<u>Data da Emissão:</u>	01/03/2007
<u>Data de Vencimento</u>	01/03/2013
<u>Quantidade:</u>	26.730 debêntures
<u>Valor Nominal:</u>	R\$10.000,00
<u>Montante da Emissão:</u>	R\$267.300.000,00
<u>Espécie:</u>	Subordinada
<u>Tipo e Forma:</u>	Escritural e Nominativa
<u>Garantia</u>	Fiança prestada pela Equatorial Energia - Controladora da Emissora
<u>Conversibilidade:</u>	Não conversíveis em ações
<u>Data de Vencimento</u>	01/03/2013
<u>Juros</u>	105,8% do CDI
<u>Pagamento</u>	Semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 1º, dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2007 e o último pagamento em 1º de março de 2013.
<u>Amortização Programada</u>	As Debêntures serão objetos de amortização do principal no final dos seguintes anos: 4º, 5º e 6º; conforme as datas mencionadas abaixo: 01/03/2011 – 20% do valor nominal 01/03/2012 – 20% do valor nominal 01/03/2013 – 60% do valor nominal.

b) Acompanhamento dos *Covenants* das Debêntures:

As debêntures emitidas pela Companhia em 2007 possuem os seguintes *covenants*:

1º Covenant: Quociente resultante da divisão da DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA pelo EBITDA dos últimos 12 meses menor ou igual a 2,5 (dois e meio)

2º Covenant: Quociente resultante da divisão do EBITDA dos últimos 12

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

meses pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS maior ou igual a 1,5 (um e meio).

Dados da Controlada:

	R\$mil			
	2T07	1T07	4T06	3T06
Dívida Bruta	695.275	897.592	594.486	565.815
(-) Disponibilidades	(171.858)	(434.830)	(199.443)	(167.371)
(-) Baixa Renda a Receber	(11.860)	(10.846)	(11.273)	(15.190)
(-) Ativos Regulatórios Líquidos	(90.566)	(96.558)	(103.663)	(109.320)
= Dívida Financeira Líquida	420.991	355.358	280.107	273.934
EBITDA	95.377	78.956	96.332	110.171
EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses	380.836	351.902	340.603	312.509
1º Covenant: <=2,5	1,1	1,0	0,8	0,9
Desp. Fin. Líquida Trimestral	30.829	11.934	10.295	9.386
Desp. Fin. Líquida dos últimos 12 meses	62.444	40.653	36.792	33.810
2º Covenant: >=1,5	6,1	8,7	9,3	9,2

O não cumprimento destes *covenants* durante o período de apuração poderá acarretar no vencimento antecipado das debêntures. Até 30 de junho de 2007 a Controlada manteve-se dentro dos limites estipulados nos *covenants*.

17 TAXAS REGULAMENTARES

	30/06/2007	31/03/2007
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	801	801
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	2.196	2.010
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	456	456
Taxa de Fiscalização – ANEEL	169	169
	3.622	3.436

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2007		31/03/2007		30/06/2007		31/03/2007	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ISS	-	-	-	-	657	674	593	642
Encargos Sociais e Outros	60	-	53	-	14.547	-	10.999	-
ICMS	-	-	-	-	14.976	2.631	13.309	2.553
Provisão de IRPJ / CSLL	2.435	-	1.307	-	17.676	-	6.212	-
Diferença Temporárias IRPJ	-	-	-	-	2.733	30.063	-	-
PIS e COFINS	-	-	-	-	12.986	-	11.966	-
REFIS/PAES (a)	-	-	-	-	1.851	14.087	1.851	14.259
TOTAL	2.495	-	1.360	-	65.426	47.455	44.930	17.454

a) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS / Parcelamento Especial – PAES:

	Consolidado	
	30/06/2007	31/03/2007
Saldo no Início do Período	16.110	16.543
Pagamentos	(502)	(494)
Atualizações	330	61
Saldo no Final do Período	15.938	16.110
Passivo Circulante	1.851	1.851
Passivo Não Circulante	14.087	14.259

Em 29 de novembro de 2000, a CEMAR ingressou no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. Esse programa visa à regularização dos créditos da União, dos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal – SRF e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, relativos aos fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2000. O programa previu, e foram utilizados, os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, para a liquidação dos valores correspondentes às multas e aos juros incluídos no programa, bem como à atualização monetária do saldo com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O pagamento da dívida fiscal apurada, no caso da CEMAR, estava sendo efetuado em 60 parcelas mensais desde março de 2000, segundo as regras do REFIS. Como garantia, em caso da exigibilidade da dívida com o REFIS, foram oferecidos os créditos oriundos das vendas da energia elétrica.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de maio de 2003, através da Lei nº. 10.684/03 (Parcelamento Especial – PAES), o Governo Federal permitiu um novo parcelamento em até 180 meses, para os débitos junto à Receita Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional e Instituto Nacional do Seguro Social, vencidas até 28 de fevereiro de 2003, inscritos ou não na dívida ativa, mesmo em fase de execução fiscal ou que tivessem sido objeto de parcelamento anterior, com correção mensal da TJLP. Neste sentido a CEMAR, em 31 de julho de 2003, ingressou nesse programa optando pelo parcelamento em 120 meses, incluindo os débitos fiscais, onde houve a desistência de processos judiciais e administrativos.

Com o ingresso no Parcelamento Especial – PAES, a CEMAR assumiu determinadas obrigações conforme a legislação correspondente, dentre as quais se destacam:

- a autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal – SRF, às informações relativas à sua movimentação financeira;
- o acompanhamento fiscal específico, com o fornecimento periódico em meio magnético dos dados, inclusive os indicativos das receitas;
- o cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR; e
- o pagamento regular das parcelas do débito consolidado, nos termos detalhados pela norma, bem como dos tributos e das contribuições vencidas a partir de 1º de março de 2003, em relação aos quais fica excluída qualquer outra forma de parcelamento.

A exclusão da pessoa jurídica do PAES implicará na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, e a automática execução da garantia prestada.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Natureza da Ação	Consolidado					
	30/06/2007			31/03/2007		
	Valor das causas	Depósitos Judiciais	Provisão Líquida	Valor das causas	Depósitos Judiciais	Provisão Líquida
Cíveis e Tributárias	41.097	3.229	37.868	40.158	3.735	36.423
Trabalhistas	10.903	7.908	2.995	10.257	9.996	261
	52.000	11.137	40.863	50.415	13.731	36.684
Circulante	12.532	5.577	6.955	11.899	8.282	3.617
Não Circulante	39.468	5.560	33.908	38.516	5.449	33.067
	52.000	11.137	40.863	50.415	13.731	36.684

Destinada à cobertura de eventuais perdas, avaliadas como prováveis pelo departamento jurídico da Companhia e de sua Controlada e por assessores externos, com valor estimado para as causas trabalhistas, tributárias e cíveis, nas instâncias administrativa e judicial. As Administrações da Companhia e de sua Controlada consideram que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis no curso das ações em andamento, conforme descrição abaixo:

Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados da Controlada, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis e Tributárias

O valor provisionado com valor individual mais representativo corresponde à ação de Prestação de Contas de Taxa de Iluminação Pública – TIP, ação interposta pela Prefeitura do Município de São Luís contra a CEMAR, visando receber os valores decorrentes da arrecadação e questionando o repasse e os investimentos feitos no parque de iluminação pública da cidade. Em paralelo, a CEMAR interpôs ação similar, cujos feitos tramitam em apenso no cartório para decisão única. A perita oficial já apresentou laudo contábil e as partes se pronunciaram sobre os documentos por ela apresentados, aguardando o início da fase de instrução. Tramitam no Tribunal diversos recursos, dos quais um agravo julgado procedente deu a CEMAR o direito de ter sua prestação de contas avaliada pelo judiciário. Desta forma, as demonstrações financeiras da CEMAR contemplam provisão de R\$19.500.

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências monitoradas pela Administração, com base na avaliação do Departamento Jurídico da Companhia e de sua Controlada e seus assessores externos cuja possibilidade de perda é avaliada como

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

possível ou remota nos montantes de R\$26.112 e R\$10.812, respectivamente (R\$26.146 e R\$10.473, respectivamente, em 31 de março de 2007) para as quais não foi constituída provisão.

A CEMAR está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia e sua Controlada consideram que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

20 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Consolidado	
	30/06/2007	31/03/2007
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	1.829	3.160
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	6.906	6.130
Programa de Eficiência Energética - PEE	9.905	10.683
Total	18.640	19.973

Referem-se aos valores devidos e ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico – P&D, apurado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº. 219, de 11 de abril de 2006 e no Programa de Eficiência Energética - PEE, apurado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº. 176, de 28 de novembro de 2005, alterada pela Resolução Normativa ANEEL nº. 215, de 28 de março de 2006.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 18 de janeiro de 2007, a Brasil Energia, controladora da Equatorial, alienou através de leilão realizado na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, 6.286.433 UNITS de emissão da Companhia, representativas de 6,12% do capital votante e 9,59% do capital total da Equatorial. Após referida alienação, a Brasil Energia passou a deter 61.030.707 ações emissão da Equatorial, representativas de 55,95% do capital votante e 31,03% do capital total da Equatorial. O objetivo da operação foi simplesmente diminuição de participação societária, não havendo alteração na composição do controle ou na estrutura administrativa da Equatorial.

Em 3 de maio de 2007, foram emitidas 660.726 ações ordinárias e 1.319.545 ações preferenciais do capital social da Equatorial, por conta dos beneficiários do seu Plano de

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Opção de Compra de Ações. Desta forma, o capital social passou a ser representado por 103.295.946 ações ordinárias e 95.359.502 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Desta forma, a composição do capital social da Companhia em 30 de junho de 2007 passou a ser representado da seguinte forma:

Acionistas	Total	%	Ordinárias	%	Preferenciais	%
BRASIL ENERGIA I LLC	61.030.710	30,72%	57.420.395	55,59%	3.610.315	3,79%
OUTROS	137.624.738	69,28%	45.875.551	44,41%	91.749.187	96,21%
TOTAL	198.655.448	100,00%	103.295.946	100,00%	95.359.502	100,00%

As ações preferenciais da Companhia não têm direito a voto nas Assembléias Gerais da Companhia, mas têm prioridade na distribuição dos dividendos mínimos e obrigatórios, de 25% do lucro líquido no exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral. A Companhia aderiu ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, e garantiu 100% "Tag Along" aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

b) Reservas de Lucros a Realizar

Em 31 de dezembro de 2005, conforme previsto na Lei 6.404/76, baseada no resultado de equivalência patrimonial do exercício, a Administração propôs a destinação do resultado daquele exercício, após a constituição da reserva legal e destinação dos dividendos, para Reservas de Lucros a Realizar, no montante de R\$163.053. Em Assembléia Geral e Extraordinária realizada em 10 de março de 2006, aprovou a capitalização dessa reserva.

Ao encerramento do exercício de 2006, parte do resultado do exercício, após a constituição da reserva legal e destinação dos dividendos, foi destinado para Reservas de Lucros a Realizar, no montante de R\$5.363.

c) Reorganização Societária

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1, em 6 de março de 2006 a ANEEL aprovou a reestruturação societária, a qual contemplou a alienação indireta das ações representativas de 50% do capital votante e 46,25% do capital social da Brasil Energia I, que passaram a ser detidas indiretamente pelo PCP Latin America Power Fund Ltd. (anteriormente denominado UBS Pactual Latin America Power Fund Ltd.), fundo gerido por subsidiária integral do UBS Pactual S.A., ("Fundo Pactual"). Tal reestruturação foi implementada na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 7 de março de 2006, em que foi aprovada a incorporação pela Companhia das ações detidas pela SVM Participações

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

na própria Companhia. Tal incorporação teve como objetivo concentrar a participação no capital da Companhia na Brasil Energia I, sua nova controladora.

d) Oferta Pública de Ações

Em 30 de março de 2006, a Companhia realizou uma Oferta Pública de Ações, ocorrida mediante a distribuição pública primária de 12.800.000 novas ações ordinárias e 25.600.000 ações preferenciais escriturais, sem valor nominal compondo 12.800.00 UNITS, e simultaneamente a distribuição secundária de 24.460.000 novas ações ordinárias e 48.920.000 ações preferenciais escriturais, sem valor nominal, (compondo 24.460.00 UNITS) de titularidade dos acionistas controladores e dos administradores, ambas ao preço unitário de R\$ 14,50 por UNIT, perfazendo o total de R\$540.270. Desse total R\$185.600 referentes à Oferta Primária será integralizado ao capital social da Companhia. Este montante foi integralizado em 5 de abril de 2006. Com esta operação, aproximadamente 37% das ações ordinárias e 80% das ações preferenciais da Companhia estão em circulação no mercado. O valor restante corresponde à Oferta Secundária.

Esta oferta foi realizada no âmbito do Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo-Bovespa, na forma de UNITS, composta por 1 (uma) ação ordinária (ON) e 2 (duas) ações preferenciais (PN).

e) Planos de Opção de Compra de Ações:

Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações:

Em 2 de fevereiro de 2006, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, e re-ratificado em 13 de fevereiro de 2006, o Plano de Opção de Compra de Ações da Equatorial (Plano), contendo dois programas - os Programas 1 e 2 de Opção de Compra de Ações da Companhia.

- Programa 1 de Opção de Compra de Ações EQUATORIAL (“Programa 1”)

O Programa 1 contempla opções para subscrição de 2.934.242 ações ordinárias e 5.868.481 ações preferenciais de emissão da Equatorial. Até a presente data, já foram subscritas 2.274.561 ações ordinárias e 4.547.203 ações preferenciais de emissão da Equatorial dentro do Programa 1. Esta subscrição aumentou a participação da Companhia na CEMAR de 64,96% em 31 de dezembro de 2005 para 65,06% em 30 de junho de 2007.

- Programa 2 de Opção de Compra de Ações EQUATORIAL (“Programa 2”)

O Programa 2 contempla opções para subscrição de 2.271.858 ações ordinárias e 4.543.712 ações preferenciais de emissão da Equatorial. Das opções alocadas já foram

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

subscritas 1.040.744 ações ordinárias e 2.141.484 ações preferenciais, através da integralização de 204.329.735.847 ações ordinárias de emissão da CEMAR.

Segundo Plano de Opção de Compra de Ações

Em 5 de abril de 2007, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária a criação de um Plano de Opção de Compra de Ações da Equatorial, para administradores e empregados da Companhia e das sociedades sob o seu controle.

Este Plano contempla opções de subscrição de 1.111.111 ações ordinárias e 2.222.222 ações preferenciais de emissão da Equatorial. Em 5 de abril de 2007, o preço destas ações a serem adquiridas ou subscritas pelos beneficiários em decorrência do exercício da opção foi determinado pelo Comitê em R\$5,00 (cinco reais), preço equivalente a 1/3 (um terço) de 90% da média ponderada do preço das UNITS da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos 30 dias anteriores. Este preço será acrescido de correção monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pelo Comitê, na hipótese de o referido índice não ser mais disponível ou aplicável, na menor periodicidade admitida em lei, entre a data de assinatura e a data do efetivo exercício das opções.

Resumidamente, as informações relativas ao primeiro e ao segundo planos de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

Em ações	Primeiro Plano				Segundo Plano		Total
	Programa 1		Programa 2		ON	PN	
	ON	PN	ON	PN			
Número de ações oferecidas no plano	2.934.242	5.868.481	2.271.858	4.543.721	1.111.111	2.222.222	18.951.635
Opções exercidas (*)	(2.274.561)	(4.547.203)	(1.040.744)	(2.141.484)	-	-	(10.003.992)
Ações não exercidas até 30 de junho de 2007	659.681	1.321.278	1.231.114	2.402.237	1.111.111	2.222.222	8.947.643

(*) Opções exercidas até 30 de junho de 2007, vide item “a” acima.

Potencial de Diluição:

De acordo com as regras de cada plano de opções de ações e seus respectivos preços estimados de subscrição, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a no máximo 3,3%.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Administração dos Planos:

Nos planos de opções de compra estão incluídas ações ordinárias e ações preferenciais representativas do capital social, a ser administrado por um comitê, formado por 3 membros do seu Conselho de Administração da Companhia. O Comitê possui poderes para estabelecer as normas apropriadas a respeito da concessão de opções, a cada ano, por meio de Programas de Opções de Ações.

22 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante o período findo em 30 de junho de 2007, os administradores da Equatorial perceberam remuneração a título de honorários no montante de R\$250, contabilizados como despesa com pessoal e administradores.

23 FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 30 de junho de 2007, a composição do fornecimento de energia elétrica da Controlada, por classes de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
	30/06/2007			30/06/2006		
	Nº. de consumidores (*)	MWh (*)	R\$ mil	Nº. de consumidores (*)	MWh (*)	R\$ mil
Residencial	1.220.133	645.524	237.778	1.121.024	575.030	189.477
Industrial	9.475	207.189	64.004	9.435	173.176	50.004
Comercial	101.599	300.246	127.465	97.713	280.664	106.246
Rural	48.573	56.285	13.751	61.902	47.268	11.211
Poder Público	15.681	102.175	43.059	14.754	96.699	35.726
Iluminação Pública	461	104.545	23.224	438	97.345	19.836
Serviço Público	1.691	99.653	29.233	1.392	97.108	25.496
Consumo Próprio	182	2.114	-	227	1.997	-
Suprimento - MAE e CEPISA			934			1.360
Baixa Renda			34.686			28.224
RTE			-			-
Enc. Capacidade Emergencial			-			78
Outras			7.708			5.434
RTD			9.331			29.475
CVA - PLPT			(17.738)			-
Total	1.397.795	1.517.731	573.435	1.306.885	1.369.287	502.567

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24 RESULTADO OPERACIONAL

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte a composição por natureza de gasto:

	Controladora				30/06/2006
	30/06/2007				
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas Administrativas	Total	Total
<u>Custos/Despesas Operacionais</u>					
Pessoal	-	-	2.000	2.000	-
Material	-	-	2	2	-
Serviços de terceiros	-	-	1.220	1.220	12
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguéis	-	-	7	7	-
Provisões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	542	542	685
Resultado Financeiro				(12.194)	7.600
Resultado da Equivalência Patrimonial				(58.764)	(37.136)
TOTAL	-	-	3.771	(67.187)	(28.839)
	Consolidado				30/06/2006
	30/06/2007				
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas Administrativas	Total	Total
<u>Custos/Despesas Operacionais</u>					
Pessoal	5.120	5.275	12.743	23.138	28.884
Material	1.574	448	404	2.426	2.390
Serviços de terceiros	10.189	13.383	9.054	32.626	28.007
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	1.014	-	1.014	802
Energia elétrica comprada para revenda	128.768	-	-	128.768	111.006
Encargos de uso do sistema de transmissão	25.813	-	-	25.813	22.170
Depreciação e amortização	28.118	-	3.601	31.719	26.767
Arrendamento e aluguéis	249	627	378	1.254	1.421
Provisões	-	11.670	5.028	16.698	12.309
Outros	989	(3.745)	2.013	(743)	14.739
Resultado Financeiro				899	25.704
Resultado da Equivalência Patrimonial				825	2488
TOTAL	200.820	28.672	33.221	264.437	276.687

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

a) Características do Plano de Aposentadoria:

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário - Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida, a partir de maio de 2006. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Hoje, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas em gozo do benefício em abril de 2006.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos Participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. No trimestre findo em 30 de junho de 2007, esse valor importou em R\$408 (R\$344 no trimestre findo em 30 de junho de 2006).

b) Deliberação CVM nº. 371 - Contabilização dos Planos de Pensão:

De acordo com a Deliberação nº. 371 da CVM de 13 de dezembro de 2000, a partir do exercício de 2001 as empresas de capital aberto foram obrigadas a incluir em suas demonstrações financeiras os passivos oriundos dos benefícios aos quais os empregados têm direito, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 26 do IBRACON.

A CEMAR não mantém saldo para fazer face às obrigações com a patrocinadora, uma vez que os cálculos atuariais efetuados em 31 de dezembro de 2006, de acordo com a Deliberação nº. 371 da CVM, não indicaram a existência de passivo atuarial.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia e pela sua Controlada estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das Apólices	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Riscos Nomeados - Subestações e Estoques	1/1/2008	104.000	309
Responsabilidade Civil Geral - Operações	1/1/2008	1.000	87
Automóvel (a)	Período 01/02/08 à 25/04/08	(b)	43

(a) 13 veículos - Valor de Mercado

(b) A Companhia possui quatro apólices de seguros de veículos. Especificamos acima o período que abrange o vencimento dessas apólices.

A Companhia e sua Controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia e de sua Controlada são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações trimestrais e, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS – INSTRUÇÃO CVM Nº. 235

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, ao valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

A valorização, dos principais instrumentos financeiros são as seguintes:

ATIVO:

Disponibilidade e Contas a Receber

Os valores de tais instrumentos aproximam-se do valor de mercado devido aos seus vencimentos de curtíssimo prazo.

PASSIVO:

Empréstimos e Financiamentos

Estas operações de crédito no país e no exterior estão atualizadas pelas suas moedas de origem até a data do balanço, seus encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 30 de junho de 2007, tanto para o mercado interno quanto para o externo.

28 FATORES DE RISCO – INSTRUÇÃO CVM Nº. 235

Em 23 de março de 1995, a CVM, através da Instrução nº. 235, estabeleceu os mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, dos fatores de risco da Companhia e de sua controlada e do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos ou não nas demonstrações financeiras.

Por ser uma holding de investimentos, os principais riscos da Companhia estão relacionados à *performance* de sua controlada, conforme detalhado abaixo:

- Risco de Crédito: Os altos valores, bem como as idades dos recebíveis constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da CEMAR. A Administração acompanha as situações em aberto e registra provisões para os casos necessários de acordo com a orientação da ANEEL;
- Risco de Mercado: Conforme regulamentação do Decreto Lei nº. 5.163 de 30 de junho de 2004, a CEMAR deverá adquirir energia necessária para atender o seu mercado em 100% de cobertura contratual, através de

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contratos existentes (inicial e leilão de 2002) e leilão do ambiente regulado. Desta maneira, a configuração do mercado de energia, principalmente relativo a um eventual acréscimo na demanda em 2006, representa um risco para a CEMAR. Adicionalmente, deve ser observado o contexto atual dos valores a receber em decorrência das transações na CCEE;

- Risco de Taxa de Juros: Este risco é oriundo da possibilidade da controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A controlada não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, a controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A controlada considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas e a perspectiva de redução nas taxas de juros domésticas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justificam a sua opção por taxas flutuantes;
- Risco de Vencimento Antecipado: A controlada possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses *covenants* pode implicar em vencimento antecipado da dívida; e
- Risco quanto à Escassez de Energia: A energia adquirida e vendida pela controlada é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custo na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS, não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29 EVENTO SUBSEQÜENTE

(a) Em 12 de julho de 2007, foram emitidas 9.287.715.266 ações ordinárias do capital social da CEMAR, por conta dos beneficiários do seu Plano de Opção de Compra de Ações. Desta forma, o capital social passou a ser representado por 16.042.732.054.868 ações ordinárias, 123.923.178.175 ações preferenciais da Classe A, sem direito a voto, e 162.572.922.331 ações preferenciais da Classe B, sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Com isso a participação da Companhia na CEMAR passou de 65,06% para 65,02%, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Nominativas Classe A	Ações Preferenciais Nominativas Classe B	Total	%
EQUATORIAL ENERGIA	10.439.604.130.009	76.869.849.628	100.844.380.192	10.617.318.359.829	65,02%
ELETOBRÁS	5.401.704.810.698	45.938.700.316	60.906.950.572	5.508.550.461.586	33,73%
OUTROS	201.423.114.161	1.114.628.231	821.591.567	203.359.333.959	1,25%
TOTAL	16.042.732.054.868	123.923.178.175	162.572.922.331	16.329.228.155.374	100,00%

(b) A Equatorial Energia S.A. e sua controlada CEMAR, em 2 de julho de 2007, protocolaram na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL um pedido de anuência prévia para a implementação de um plano de reestruturação societária que permitirá a dedutibilidade fiscal do ágio, hoje contabilizado na Equatorial Energia (R\$238.008 mil em 30 de junho de 2007), pela CEMAR. A referida reestruturação, se aprovada pela ANEEL, não acarretará a modificação da atual estrutura acionária da CEMAR. A amortização, em caso de aprovação do pedido, deverá se completar ao final do prazo de concessão, 28 de agosto de 2030.

(c) Em 10 de julho de 2007, a Equatorial Energia S.A. divulgou um fato relevante sobre a proposta de reforma estatutária, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data, que tem como objetivo sua adesão e a listagem de suas ações no segmento denominado Novo Mercado da Bovespa, e a pulverização de seu controle acionário no mercado de capitais. Essa alteração somente será implementada se e depois de ter sido obtida a anuência prévia da ANEEL. A Companhia acredita que a reforma de seu Estatuto Social, objeto de seu pedido à ANEEL, é necessária porque, além de permitir seu ingresso no Novo Mercado da Bovespa, fortalecerá ainda mais os mecanismos de governança corporativa da companhia e a defesa dos acionistas em geral. Em especial, a proposta de reforma ora submetida à ANEEL contempla a adoção de regras que estimulem a maior dispersão acionária e a pulverização do controle da companhia, contribuindo, assim, para o fortalecimento e valorização da companhia e de suas ações.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS
INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Demonstração dos fluxos de caixa nos trimestres findos em 30 de junho de 2007 e 2006

	Controladora		Consolidado	
	2T07	2T06	2T07	2T06
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido	32.673	19.648	34.123	20.532
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização			18.900	13.664
Variações Monetárias/Cambiais - ativas e passivas			(836)	917
CVA			2.634	(13.013)
Créditos de I.de Renda e Contribuição Social			28.808	10.506
Participação de Acionistas Não Controladores			16.590	9.136
Amortização Ágio	(456)	1.244	(456)	1.244
Outros			7.471	9.332
	(456)	1.244	73.111	31.787
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) Redução em contas a receber			(37.039)	(18.946)
(Aumento) Redução nos estoques			(1.187)	571
(Aumento) Redução nos Impostos a Recuperar	(2.475)	(569)	(25.324)	(1.228)
(Aumento) Redução em outras contas do ativo	(57)	-	(21.779)	(2.052)
Aumento (Redução) em fornecedores		(11.856)	(2.267)	(22.688)
Aumento (Redução) em Tributos	1.135	18	50.835	(3.062)
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	107.678	1.486	(176)	806
	106.282	(10.921)	(36.939)	(46.598)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacio	138.499	9.971	70.295	5.721
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Compras de imobilizado			(86.627)	(51.180)
Outros	(29.851)	(16.372)	1.164	(117)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de inves	(29.851)	(16.372)	(85.463)	(51.297)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	0	185.600	0	185.600
Reservas de Lucro - Subvenção				
Pagamentos de lucros dividendos	(107.820)	(1.086)	(164.848)	(1.086)
Movimentação Empréstimos			(204.438)	16.545
Subvenções			122.309	1.094
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de finan	(107.820)	184.514	(246.978)	202.153
(=) Fluxo de Caixa	828	178.112	(262.145)	156.577
Caixa Inicial	190.283	2.008	625.114	123.075
Caixa Final	191.111	180.120	362.969	279.652
Aumento nas disponibilidades	828	178.112	(262.145)	156.577

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Vide Comentário de Desempenho Consolidado.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2007	4 - 31/03/2007
1	Ativo Total	1.990.656	2.253.765
1.01	Ativo Circulante	660.716	890.015
1.01.01	Disponibilidades	362.968	625.113
1.01.01.01	Caixa	373	273
1.01.01.02	Contas Bancárias à Vista	16.485	252.810
1.01.01.03	Ordens de Pagamentos Emitidas	1	1.112
1.01.01.04	Fundos de Caixa	305	190
1.01.01.05	Aplicações em Mercado Aberto	338.541	362.900
1.01.01.06	Numerários em Trânsito	7.263	7.828
1.01.02	Créditos	196.043	166.624
1.01.02.01	Clientes	196.043	166.624
1.01.02.01.01	Consumidores e Revendedores	225.348	195.758
1.01.02.01.02	(-) Provisão p/ Créd.Liquidação Duvidosa	(29.305)	(29.134)
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	6.649	5.462
1.01.04	Outros	95.056	92.816
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	51.517	32.334
1.01.04.02	Baixa Renda	11.860	10.846
1.01.04.03	Pagamentos Antecipados	13.324	24.137
1.01.04.04	IR/CSLL Diferidos	11.937	17.667
1.01.04.05	Depósitos Judiciais	0	0
1.01.04.06	Dividendos a Receber	0	0
1.01.04.07	Outros Créditos a Receber	6.418	7.832
1.02	Ativo Não Circulante	1.329.940	1.363.750
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	367.020	344.850
1.02.01.01	Créditos Diversos	367.020	344.850
1.02.01.01.01	Consumidores e Revendedores	23.894	22.464
1.02.01.01.02	(-) Provisão p/ Créd.Liquidação Duvidosa	(3.638)	(3.449)
1.02.01.01.03	Impostos a Recuperar	44.466	38.326
1.02.01.01.04	Pagamentos Antecipados	88.983	84.263
1.02.01.01.05	IR/CSLL Diferidos	212.965	203.246
1.02.01.01.06	Depósitos Judiciais	0	0
1.02.01.01.07	Bens Destinados à Alienação	350	0
1.02.01.01.08	Outros Créditos a Receber	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	962.920	1.018.900
1.02.02.01	Investimentos	238.229	237.774

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2007	4 -31/03/2007
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	238.008	237.553
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	221	221
1.02.02.02	Imobilizado	724.691	781.126
1.02.02.02.01	Imobilizado	1.200.449	1.134.575
1.02.02.02.02	(-)Obrig. Vinculadas à Conc. do Serviço	(475.758)	(353.449)
1.02.02.03	Intangível	0	0
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2007	4 - 31/03/2007
2	Passivo Total	1.990.656	2.253.765
2.01	Passivo Circulante	259.315	428.716
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	13.058	40.337
2.01.01.01	Encargos da Dívida	2.348	1.754
2.01.01.02	Empréstimos e Financiamentos	10.710	38.583
2.01.02	Debêntures	11.110	10.616
2.01.03	Fornecedores	101.314	103.581
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	65.426	44.930
2.01.05	Dividendos a Pagar	52	164.900
2.01.06	Provisões	21.284	16.978
2.01.06.01	Provisões de Férias e Encargos	14.329	13.361
2.01.06.02	Provisão para Contingências	6.955	3.617
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	47.071	47.374
2.01.08.01	Folha de Pagamento	413	671
2.01.08.02	Taxa de Iluminação Pública	8.345	7.498
2.01.08.03	Taxas Regulamentares	3.622	3.436
2.01.08.04	Valores a Pagar	0	0
2.01.08.05	Empresa de Pesquisa Energética	1.829	3.160
2.01.08.06	Pesquisa e Desenvolvimento	6.906	6.130
2.01.08.07	Programa de Eficiência Energética	9.905	10.683
2.01.08.08	Outros Créditos a Pagar	16.051	15.796
2.02	Passivo Não Circulante	752.470	897.160
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	752.470	897.160
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	403.807	569.807
2.02.01.02	Debêntures	267.300	276.832
2.02.01.03	Provisões	33.908	33.067
2.02.01.03.01	Provisão para Contingências	33.908	33.067
2.02.01.03.02	Entidade de Previdência Privada	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	47.455	17.454
2.02.01.06.01	Ressarcimento Gerador - MAE	0	0
2.02.01.06.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.455	17.454
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.03	Part. de Acionistas Não Controladores	190.818	172.508
2.04	Patrimônio Líquido	788.053	755.381
2.04.01	Capital Social Realizado	713.217	713.217
2.04.01.01	Capital Social Subscrito	713.217	713.217
2.04.01.02	Capital Social a Integralizar	0	0
2.04.02	Reservas de Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2007	4 -31/03/2007
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	11.320	11.320
2.04.04.01	Legal	5.957	5.957
2.04.04.02	Estatutária	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	5.363	5.363
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	63.516	30.844
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
20001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2007 a 30/06/2007	4 - 01/01/2007 a 30/06/2007	5 - 01/04/2006 a 30/06/2006	6 - 01/01/2006 a 30/06/2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	296.875	573.434	257.517	502.567
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	292.734	564.980	253.880	496.027
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica	424	934	1.182	1.360
3.01.03	Encargo de Capacidade Emergencial	(1)	152	1	77
3.01.04	Outras Receitas	3.718	7.368	2.454	5.103
3.02	Deduções da Receita Bruta	(90.447)	(171.877)	(74.227)	(147.435)
3.02.01	(-) ICMS sobre Venda de Energia Elétrica	(45.976)	(88.250)	(39.095)	(76.393)
3.02.02	(-) COFINS	(22.650)	(43.787)	(19.657)	(38.132)
3.02.03	(-) PIS	(4.917)	(9.506)	(4.268)	(8.279)
3.02.04	(-) PIS/COFINS sobre Ativo Regulatório	0	0	0	0
3.02.05	(-) Cota para RGR	(2.404)	(4.808)	(2.617)	(5.234)
3.02.06	(-) ISS	(126)	(322)	(108)	(229)
3.02.07	(-) Encargo de Capacidade Emergencial	1	(152)	(1)	(52)
3.02.08	(-) Encargos do Consumidor	(14.375)	(25.052)	(8.481)	(19.116)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	206.428	401.557	183.290	355.132
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(104.645)	(200.820)	(92.838)	(179.894)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(65.481)	(128.768)	(57.215)	(111.006)
3.04.02	Encargos Uso Sistema Transm. e Distrib.	(12.862)	(25.813)	(11.572)	(22.170)
3.04.03	Custo de Operação - Pessoal	(2.500)	(5.120)	(3.712)	(6.470)
3.04.04	Custo de Operação - Material	(663)	(1.574)	(762)	(1.876)
3.04.05	Custo de Operação - Serviço de Terceiros	(5.679)	(10.190)	(5.531)	(10.704)
3.04.06	Custo de Operação - Deprec. e Amort.	(16.679)	(28.118)	(12.982)	(25.468)
3.04.07	Custo de Operação - Arrend. e Aluguel	(107)	(249)	(118)	(280)
3.04.08	Custo de Operação - Taxa de Fiscalização	0	0	0	0
3.04.09	Custo de Operação - Outros	(674)	(988)	(916)	(1.847)
3.04.10	Custo do Serv.Terceiros - Pessoal	0	0	(4)	(4)
3.04.11	Custo do Serv.Terceiros - Material	0	0	(8)	(41)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
20001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2007 a 30/06/2007	4 - 01/01/2007 a 30/06/2007	5 - 01/04/2006 a 30/06/2006	6 - 01/01/2006 a 30/06/2006
3.04.12	Custo do Serv.Terceiros - Serv.Terceiros	0	0	(17)	(27)
3.04.13	Custo do Serv.Terceiros - Deprec. Amort.	0	0	0	0
3.04.14	Custo do Serv.Terceiros - Arrend.Aluguel	0	0	0	0
3.04.15	Custo do Serv.Terceiros - Outros	0	0	(1)	(1)
3.05	Resultado Bruto	101.783	200.737	90.452	175.238
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(26.795)	(63.617)	(46.479)	(96.793)
3.06.01	Com Vendas	(11.237)	(28.672)	(23.721)	(40.194)
3.06.01.01	Despesas com Vendas	(7.220)	(17.002)	(15.569)	(31.621)
3.06.01.02	Prov/Rev. PDD e Perda Cliente Incobrável	(4.017)	(11.670)	(8.152)	(8.573)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(15.884)	(33.221)	(14.639)	(28.407)
3.06.02.01	Despesas Administrativas	(8.678)	(18.782)	(9.493)	(17.855)
3.06.02.02	Honorários dos Administradores	(1.471)	(3.715)	(924)	(3.225)
3.06.02.03	Prov/Rev. Contingências	(2.709)	(5.028)	(2.274)	(3.736)
3.06.02.04	Depreciação e Amortização	(2.221)	(3.600)	(682)	(1.299)
3.06.02.05	Outras Despesas Operacionais	(805)	(2.096)	(1.266)	(2.292)
3.06.03	Financeiras	(130)	(899)	(6.874)	(25.704)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	21.316	42.376	20.721	35.636
3.06.03.01.01	Rendas Financeiras	19.732	39.636	15.761	27.254
3.06.03.01.02	Acréscimo Moratório de Energia Vendida	1.584	2.740	4.960	8.382
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(21.446)	(43.275)	(27.595)	(61.340)
3.06.03.02.01	Encargos da Dívida	0	0	0	0
3.06.03.02.02	Variações Monetárias e Cambiais	(656)	(1.070)	(117)	(304)
3.06.03.02.03	Juros dos Empréstimos e Financiamentos	(15.114)	(32.936)	(25.081)	(44.408)
3.06.03.02.04	Comissões	0	0	0	(12.608)
3.06.03.02.05	Outras Despesas Financeiras	(5.676)	(9.269)	(2.397)	(4.020)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
20001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2007 a 30/06/2007	4 - 01/01/2007 a 30/06/2007	5 - 01/04/2006 a 30/06/2006	6 - 01/01/2006 a 30/06/2006
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	456	(825)	(1.245)	(2.488)
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.06.06.02	Amortização do Ágio	456	(825)	(1.245)	(2.488)
3.06.06.03	Ganho de Capital em Controlada	0	0	0	0
3.06.06.04	Outras Receitas	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	74.988	137.120	43.973	78.445
3.08	Resultado Não Operacional	(1.897)	(1.253)	(785)	(1.547)
3.08.01	Receitas	238	4.433	73	416
3.08.01.01	Receita Não Operacional	238	4.433	73	416
3.08.02	Despesas	(2.135)	(5.686)	(858)	(1.963)
3.08.02.01	Despesa Não Operacional	(2.135)	(5.686)	(858)	(1.963)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	73.091	135.867	43.188	76.898
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	6.430	(2.914)	(6.844)	(15.615)
3.10.01	Contribuição Social	(5.260)	(9.765)	(1.858)	(4.223)
3.10.02	Imposto de Renda	11.690	6.851	(4.986)	(11.392)
3.11	IR Diferido	(28.808)	(37.893)	(6.676)	(10.506)
3.11.01	IR/CSLL Diferidos	(28.808)	(37.893)	(6.676)	(10.506)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(16.590)	(30.093)	(9.136)	(21.310)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	34.123	64.967	20.532	29.467

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2007 a 30/06/2007	4 - 01/01/2007 a 30/06/2007	5 - 01/04/2006 a 30/06/2006	6 - 01/01/2006 a 30/06/2006
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	198.655.448	198.655.448	196.675.177	196.675.177
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,17177	0,32703	0,10440	0,14983
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

São Luis, 06 de agosto de 2007 – A Equatorial Energia S.A. (Bovespa: EQTL11) anuncia hoje os seus resultados financeiros e operacionais do segundo trimestre de 2007 (2T07) e dos seis primeiros meses de 2007 (1S07). A Equatorial Energia é uma empresa holding que através de sua subsidiária CEMAR - Companhia Energética do Maranhão, atua no serviço de distribuição de energia elétrica em todo o estado do Maranhão. As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações não financeiras da CEMAR e da Equatorial Energia, as relacionadas ao Programa “Luz para Todos” (PLPT), assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

FORTE RESULTADO NO 2T07: AUMENTOS DE 13,3% EM ENERGIA VENDIDA E DE 42,3% EM EBITDA, QUE ATINGIU R\$93,6 MILHÕES

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- A **Receita Líquida atingiu R\$206,4 milhões** no 2T07, **12,6% acima** do 2T06.
- O **PMSO atingiu R\$28,4 milhões** no 2T07, uma **queda de 13,5%** em relação ao 2T06.
- O **EBITDA atingiu R\$93,6 milhões** no 2T07, um **crescimento de 42,3%** sobre os R\$65,8 milhões do 2T06.
- A **margem EBITDA foi de 45,3%** no 2T07, **9,4 p.p.** acima da margem de 35,9% do 2T06.
- O **Lucro Líquido do 2T07 foi de R\$34,1 milhões**, representando um **crescimento de 66,2%** comparado aos R\$20,5 milhões registrados no 2T06.
- Os **investimentos** (excluindo investimentos diretos relacionados ao PLPT) realizados no 2T07 atingiram R\$45,0 milhões, **102,0% acima** do montante de R\$22,3 milhões investidos no 2T06.
- Os **investimentos diretos do PLPT atingiram R\$41,6 milhões**, **44,0% acima** dos R\$28,9 milhões registrados no mesmo período do ano anterior.
- Ao final do 2T07, em termos acumulados, o PLPT **atingiu 119,6 mil ligações**.
- No 2T07, os índices de **DEC e FEC da CEMAR melhoraram 42,1% e 19,7%**, respectivamente, em comparação ao 2T06.
- A subsidiária obteve em abril-07 a concessão do **benefício fiscal de depreciação acelerada** da SUDENE
- A Equatorial Energia e a CEMAR solicitaram a anuência prévia da ANEEL para uma reestruturação societária que permitirá a **CEMAR incorporar um ágio no valor de R\$238,0 milhões e obter benefícios fiscais**.
- A Equatorial Energia também solicitou anuência prévia da ANEEL para **transformar suas ações preferenciais em ações ordinárias**, e posterior migração para o Novo Mercado da Bovespa – caso seja concedida essa autorização, a Companhia será a primeira corporação do setor elétrico brasileiro.

PRINCIPAIS DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$MM)	2T06	2T07	Var. %	1S06	1S07	Var. %
Receita Líquida (RL)	183,3	206,4	12,6%	355,1	401,6	13,1%
EBITDA	65,8	93,6	42,3%	133,4	170,6	27,9%
Margem EBITDA (%RL)	35,9%	45,3%	9,4 p.p.	37,6%	42,5%	4,9 p.p.
Resultado Operacional	44,0	75,0	70,5%	78,4	137,1	74,8%
Margem Operacional (%RL)	24,0%	36,3%	12,3 p.p.	22,1%	34,1%	12 p.p.
Lucro Líquido	20,5	34,1	66,2%	29,5	65,0	120,5%
Margem Líquida (%RL)	11,2%	16,5%	5,3 p.p.	8,3%	16,2%	7,8 p.p.
Investimentos CEMAR (Ex. PLPT)	22,3	45,0	102,0%	49,3	76,6	53,3%
Investimentos Diretos PLPT	28,9	41,6	44,0%	59,8	77,0	28,8%
Dívida Líquida Consolidada	179,8	241,7	34,4%	179,8	241,7	34,4%
Dívida Líquida Consolidada / EBITDA 12 meses	0,7	0,6	-11,0%	0,7	0,6	-11,0%
DADOS OPERACIONAIS	2T06	2T07	Var. %	1S06	1S07	Var. %
Energia Vendida (MWh sem próprio)	697.806	790.517	13,3%	1.367.290	1.515.617	10,8%
Nº de Consumidores	1.306.885	1.397.795	7,0%	1.306.885	1.397.795	7,0%
Nº de Colaboradores	1.185	1.178	-0,6%	1.185	1.178	-0,6%

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE
MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MARANHÃO

Venda de Energia Elétrica

A demanda por energia elétrica no Brasil se intensificou no 1S07 devido ao aumento da atividade industrial para atendimento do mercado interno e às altas temperaturas no período, especialmente no Nordeste. No Maranhão essa tendência foi ainda mais pronunciada. No 2T07, a energia requerida pela CEMAR cresceu 11,0%, atingindo 1.092.214 MWh, 4,7 p.p. acima da carga demandada na região Nordeste, que também registrou forte crescimento, de 6,3%, e 5,5 p.p. maior do que a demanda por carga do Sistema Integrado Nacional (SIN).

	Ano	1T	2T
Carga Brasil (GWh)*	2007	108.868	106.511
	2006	104.999	100.985
	Var. %	3,7%	5,5%
Carga Nordeste (GWh)*	2007	15.648	15.389
	2006	15.079	14.479
	Var. %	3,8%	6,3%
Carga CEMAR (MWh)**	2007	1.051.109	1.092.214
	2006	966.750	984.049
	Var. %	8,7%	11,0%

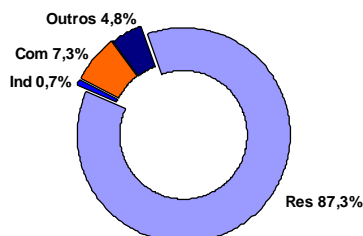
* Dados referentes ao Sistema Interligado Nacional

** Inclui geração própria

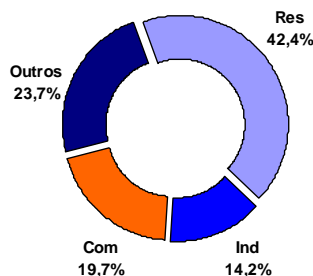
Fonte: ONS e CEMAR

O número de unidades consumidoras (UCs) cresce a taxas substanciais, diante da administração efetiva do Programa Luz para Todos (PLPT) e dos projetos de investimentos em regularização de UCs e recuperação de energia. A CEMAR atingiu a marca de 1.397 mil clientes, ou 4,2 clientes por km², sendo que 8,6% destes correspondem aos beneficiados pelo PLPT. Essa base corresponde a um crescimento de 7,0% nos últimos 12 meses, ou em termos absolutos, uma adição de 90.910 novas unidades consumidoras em 12 meses.

Base de Clientes (% por Classe)



Energia Vendida (% por Classe)



No 2T07 houve um crescimento de 13,3% no volume de energia faturada comparando-se ao 2T06, totalizando 790.517 MWh (excluindo o consumo próprio). Em relação aos primeiros seis meses do ano, o aumento no consumo de energia também foi forte, em 10,8%, de 1.367,3 MWh no 1S06 para 1.515,6 MWh no 1S07. As maiores contribuições nas taxas de crescimento do consumo de energia são provenientes das classes residencial e industrial. O aumento de 12,3% no consumo de energia elétrica da classe residencial no 1S07 é devido não só ao crescimento de 8,8% no número de consumidores residenciais, como também a um aumento de 2,8% no consumo por cliente desta classe. No 1S07, a classe industrial demandou 207,2 GWh, um montante 19,6% superior ao registrado no 1S06. Os seguintes fatores contribuíram para este desempenho: i) o aumento do consumo dos produtores de ferro gusa em 51,6%; ii) o crescimento no consumo de 19,0% registrado pelo cliente Itapicuru Agroindustrial, que produz cimento e; iii) a entrada de um novo cliente, a ABC Inco, uma esmagadora de soja do Grupo Algar, que consumiu 1.303,0 MWh em junho, representando 3,7% do consumo da classe industrial neste mês.

Com base no crescimento apresentado até o primeiro semestre deste ano, revimos nossas estimativas de crescimento de mercado. Para 2007, esperamos que a taxa de crescimento no consumo de energia situe-se entre 7% e 9%. Já para os anos de 2008 e 2009, a taxa de crescimento deverá situar-se entre 6% e 7%. A partir de 2010, a nossa expectativa de longo prazo é de 5% ao ano.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

CLASSE DE CONSUMO (MWh)	2T06	2T07	Var. %	1S06	1S07	Var. %
Residencial	292.580	335.274	14,6%	575.030	645.525	12,3%
Industrial	87.245	112.085	28,5%	173.176	207.189	19,6%
Comercial	142.685	156.100	9,4%	280.664	300.246	7,0%
Outros (exclui consumo próprio)	175.296	187.058	6,7%	338.420	362.658	7,2%
TOTAL	697.806	790.517	13,3%	1.367.290	1.515.617	10,8%

Balanco Energético

O volume de energia requerida pelo sistema da CEMAR, incluindo a geração própria, alcançou 1.092,2 GWh no 2T07, e o fornecimento aos consumidores, incluindo o consumo próprio e o fornecimento à CEPISA, foi de 791,8 GWh.

Bal. Energético (MWh)	MWh					
	2T06	2T07	Var. %	1S06	1S07	Var. %
Energia Requerida *	984.167	1.092.214	11,0%	1.950.917	2.141.615	9,8%
Energia Vendida **	699.926	791.834	13,1%	1.370.591	1.518.103	10,8%
Perdas	284.241	300.380	5,7%	580.326	623.512	7,4%

* inclui geração própria

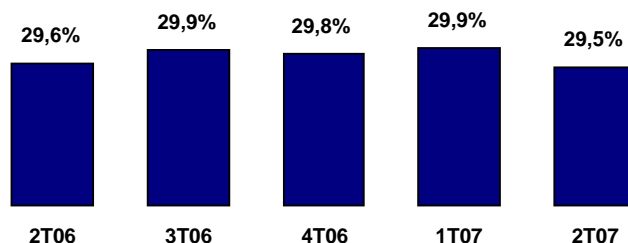
** inclui vendas às classes, consumo próprio e fornecimento à CEPISA

Perdas na Distribuição de Energia

Ao final de junho de 2007, as perdas de energia acumuladas em 12 meses atingiram 29,5% (excluindo as perdas da rede básica), representando uma diminuição de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, e de 0,4 p.p. com relação ao 1T07. No 2T07, a perda total de energia foi de 300,4 GWh, 5,7% superior ao 2T06. Esta variação é 7,4 p.p. inferior ao crescimento no volume de vendas e 5,3 p.p. inferior ao crescimento da energia requerida. Em termos semestrais, a variação no volume de perdas de energia foi positiva em 7,4%, de 580,3 GWh para 623,5 GWh.

Contribuíram para este resultado o incremento das recuperações de energia nas classes industrial e residencial, decorrentes da maior assertividade das fiscalizações realizadas. São resultados promissores, que começam a demonstrar os efeitos positivos do trabalho realizado pela equipe de recuperação de energia e faturamento da CEMAR.

Perdas de Energia (% Energia Requerida – Ac. Últ. 12 Meses)



02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita Bruta Média por MWh

No 2T07, registramos R\$347,8/MWh de receita bruta média (incluindo ICMS / PIS / COFINS), representando um crescimento de 9,2%, quando comparado ao 2T06.

RECEITA BRUTA MÉDIA (R\$/MWh)*	2T06	2T07	Var. %	1S06	1S07	Var. %
Residencial	329,4	369,3	12,1%	329,5	368,3	11,8%
Industrial	294,0	304,2	3,5%	288,7	308,9	7,0%
Comercial	378,3	419,9	11,0%	378,6	424,5	12,1%
Outros	272,0	297,8	9,5%	271,0	299,5	10,5%
Total	318,4	347,8	9,2%	317,0	350,3	10,5%

* - Incluindo ICMS, PIS e Cofins

Custo Médio por MWh

O custo médio de aquisição de energia no 2T07 (excluindo custos de transporte e líquido de PIS/COFINS) foi de R\$58,6 por MWh, representando um crescimento de 7,0% em relação ao 2T06, cujo valor foi de R\$54,8.

CUSTO MÉDIO DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA	2T06	2T07	Var. %	1S06	1S07	Var. %
Energia Comprada* (R\$MM)	57,2	65,5	14,4%	111,0	128,8	16,0%
MWh Contratado	1.044.903	1.117.390	6,9%	2.023.312	2.162.293	6,9%
R\$/MWh	54,8	58,6	7,0%	54,9	59,6	8,5%

* Líquida de PIS/COFINS

Energia Contratada

Contratamos 13,7 GWh no Leilão de Fontes Alternativas realizado no dia 18 de junho, o que representou 18,8% de atendimento da demanda apresentada. O percentual restante de 81,2% foi atendido no Leilão de Energia Nova A-3, que ocorreu no dia 26 de julho. Participaremos também do Leilão de Energia Nova A-5, que ainda está sem data definida.

ENERGIA CONTRATADA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
TOTAL - MWh	4.578.249	4.898.207	5.263.983	5.637.718	5.800.309	5.815.385	2.801.526	1.681.836	1.257.362	1.044.505

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional

No 1S07, a variação na Receita Bruta de Venda de Energia (RBVE) de 22,9%, em comparação com o 1S06, ficou em linha com a evolução no crescimento do mercado e o reajuste na tarifa de energia elétrica, de 10,8% e 14,6% (agosto-06). Os ativos regulatórios, compostos pela RTD – Reajuste Tarifário Diferido, e a recomposição tarifária dos custos de universalização do acesso à energia (CVA PLPT), foram amortizados ao longo do 1S07, contribuindo negativamente para a variação na Receita Líquida. O ativo regulatório “CVA PLPT” foi constituído em agosto-2006, no montante de R\$34,0 milhões, para compensar os custos de implantação e manutenção de cerca de 60.000 consumidores adicionados pelo Programa Luz para Todos à rede da CEMAR. A amortização deste ativo se dá entre os meses de setembro-06 e agosto-07, contribuindo para diminuir a receita contábil, mas aumentando o fluxo de caixa diante da arrecadação do montante via tarifa.

Por determinação da ANEEL, através do Despacho nº. 3.073 de 28 de dezembro de 2006, o plano de contas do setor elétrico passou a considerar como deduções da Receita Operacional Bruta, além dos impostos sobre receitas (ICMS, PIS, COFINS e ISS), a constituição de CVA sobre CCC e CDE, os gastos com o Programa de Eficiência Energética e o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e despesas com CCC e CDE.

Análise da Receita (R\$ MM)	1S07	1S06	Var. %	Var. Abs.
Volume (MWh)	1.515.617	1.367.290	10,8%	148.327
No. de Consumidores	1.397.613	1.306.658	7,0%	90.955
KWh por Consumidor	1.103,7	1.067,8	3,4%	36
Receita Média (R\$) por MWh	355	320	10,9%	35
Receita Bruta de Venda de Energia (RBVE)	573,2	466,2	22,9%	107,0
Outras Receitas	8,6	6,9	25,8%	1,8
Ativos Regulatórios	(8,4)	29,5	-128,5%	-37,9
Deduções da Receita Op. Bruta	(171,9)	(147,4)	16,6%	-24,4
Receita Operacional Líquida	401,6	355,1	13,1%	46,4

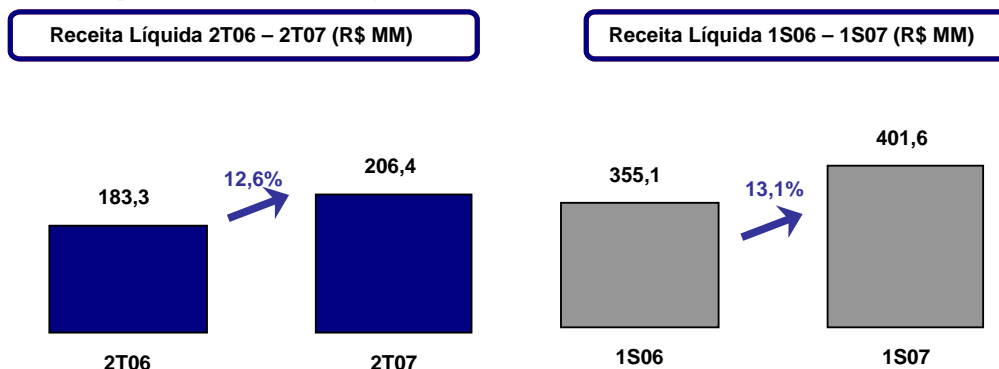
02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Estas deduções cresceram 16,6% no 1S07 em comparação com o 1S06, também em linha com o crescimento do mercado e com os índices de preço que influenciam estas contribuições.

A receita líquida atingiu no 2T07 R\$206,4 milhões e no 1S07, R\$401,6 milhões, representando crescimentos de 12,6% e 13,1%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos de 2006. Este desempenho deveu-se principalmente ao reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2006 de 14,6% e ao crescimento trimestral no volume de energia vendida de 13,3%, conforme comentado anteriormente, mas foi parcialmente compensado pelo crescimento nas deduções da receita operacional bruta e pela evolução dos ativos regulatórios.



Custos e Despesas Operacionais

No 2T07, os custos e despesas operacionais (custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis excluindo depreciação e amortização) atingiram R\$112,9 milhões, representando 54,7% da receita líquida, uma redução de 9,4 p.p. se compararmos aos 64,1% da receita líquida que os R\$117,5 milhões de custos e despesas atingiram no 2T06. Em termos semestrais, os custos e despesas operacionais atingiram R\$230,1 milhões, ou 57,5% da receita líquida, o que representou uma queda de 4,9 p.p. em relação ao percentual de 62,4% observado do 1S06.

Custos e Despesas Operacionais Gerenciáveis

Os custos e despesas operacionais gerenciáveis da Companhia, representadas pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros - PMSO (excluindo provisões e incluindo reestruturação), foram de R\$28,4 milhões no 2T07, ou uma queda de 13,5%, se comparado com o mesmo período em 2006. Como percentual da Receita Líquida, esta evolução representou uma queda de 4,1 p.p., de 17,9% no 2T06 para 13,8% no 2T07. No 1S07, o PMSO atingiu o montante de R\$60,3 milhões, ou 15,0% da Receita Líquida, o que significou uma queda de 3,5 p.p. em relação aos 18,5% da receita líquida que os R\$65,5 milhões representaram no 1S06.

As despesas com pessoal decresceram 24,9% no comparativo entre o 2T07 e o 2T06, de R\$13,7 milhões para R\$10,3 milhões. No 1S07, estas despesas diminuíram 19,9%, ou R\$5,8 milhões em termos absolutos, que se explica pela queda nos gastos não recorrentes de reestruturação no 1S06, no montante de R\$5,3 milhões. O término do período de reestruturação estabilizou o quadro funcional a partir do segundo semestre de 2006 – contávamos com 1.178 colaboradores, uma ligeira diminuição em relação ao total de 1.185 pessoas em junho-06.

Os gastos com serviços de terceiros no 2T07 foram de R\$16,3 milhões, um aumento de 11,2% em relação aos R\$14,6 milhões registrados no 2T06. No 1S07, estes gastos atingiram R\$32,6 milhões, o que significou uma variação absoluta de R\$4,6 milhões em relação ao montante de R\$28,0 gastos no 1S06. Este aumento deve-se principalmente aos esforços na manutenção da qualidade do serviço de fornecimento de energia, que gerou um aumento de R\$3,9 milhões nos gastos de contratação de serviços de plantão de eletricitas terceirizados. Com o aumento no número de clientes, os gastos de arrecadação também se elevaram em cerca de R\$0,5 milhão neste período.

Em outros custos e despesas operacionais, o principal destaque são os custos administrativos na recuperação de energia, cobrados dos consumidores, que são contabilizados como uma reversão de despesas neste grupo de contas. Esperamos que esta reversão, de caráter recorrente, se estabilize em torno de uma média de R\$1,5 milhão por trimestre.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

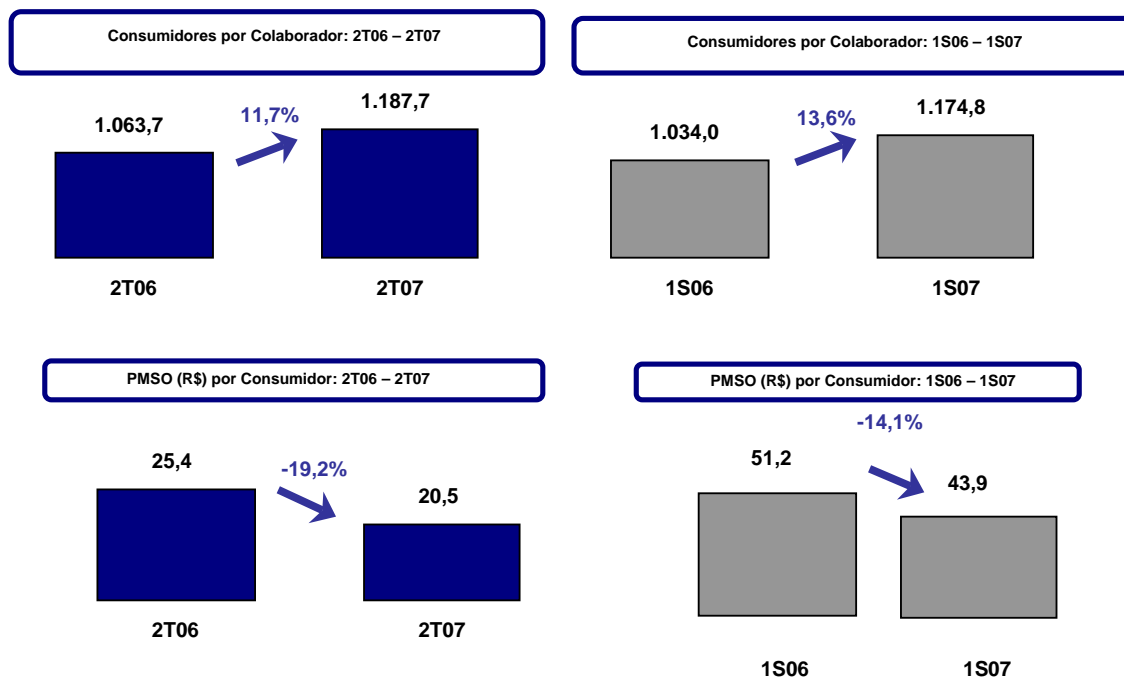
03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A PDD e as Perdas atingiram R\$4,0 milhões, ou 1,4% da Receita Operacional Bruta (ROB) no 2T07, uma redução de 51,0% em relação ao montante de R\$8,2 milhões do 2T06. No 1S07, os R\$11,7 milhões de PDD e Perdas representaram 2,0% da ROB, dentro da orientação prestada pela Companhia no 1T07 (PDD e as Perdas representam aproximadamente 2% a 3% da ROB).

R\$ MM	2T06	2T07	Var.%	1S06	1S07	Var.%
Pessoal	13,7	10,3	-24,9%	28,9	23,1	-19,9%
Material	1,0	0,8	-17,8%	2,4	2,4	1,4%
Serviço de Terceiros	14,6	16,3	11,2%	28,0	32,6	16,5%
Outros	3,5	1,0	-70,6%	6,2	2,1	-65,7%
PMSO	32,8	28,4	-13,5%	65,5	60,3	-7,9%
PMSO (% Rec. Liq.)	17,9%	13,8%	-4,1 p.p.	18,5%	15,0%	-3,4 p.p.
Provisões	10,4	6,7	-35,2%	12,2	16,7	36,9%
PDD e Perdas	8,2	4,0	-51,0%	8,6	11,7	35,5%
<i>PDD e Perdas (% da Rec. Op. Bruta)</i>	<i>3,2%</i>	<i>1,4%</i>	<i>-1,8 p.p.</i>	<i>1,7%</i>	<i>2,0%</i>	<i>0,3 p.p.</i>
Provisões para Contingências e Outras Provisões	2,2	2,7	23,1%	3,6	5,0	39,7%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	43,2	35,1	-18,7%	77,7	77,0	-0,9%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS (% Rec. Liq.)	23,6%	17,0%	-6,5 p.p.	21,9%	19,2%	-2,7 p.p.
Energia Comprada e Transporte	57,2	65,5	14,4%	111,0	128,8	16,0%
Encargos de Serviço do Sistema	11,6	12,9	11,1%	22,2	25,8	16,4%
Amortização CVA	6,0	-1,1	-118,3%	11,7	-1,6	-113,6%
Outros Custos	-0,4	0,5	-219,8%	-0,9	1,0	-216,4%
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	74,4	77,8	4,6%	144,0	154,0	6,9%
CUSTOS E DESPESAS NÃO GERENCIÁVEIS (% Rec. Liq.)	40,6%	37,7%	-2,9 p.p.	40,6%	38,4%	-2,2 p.p.
TOTAL	117,5	112,9	-4,0%	221,7	231,0	4,2%

A produtividade continua a apresentar ganhos marginais. O número de consumidores por colaborador aumentou 11,7% no 2T07, e no 1S07, também houve um ganho de 13,6%. Essa performance foi acompanhada pela efetividade nos gastos, medido em reais pelo índice "PMSO por Consumidor". Este caiu em 19,2% no 2T07, se comparado ao 2T06, e o 1S07 comparado com o 1S06, apresentou uma redução de 14,1%.



02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

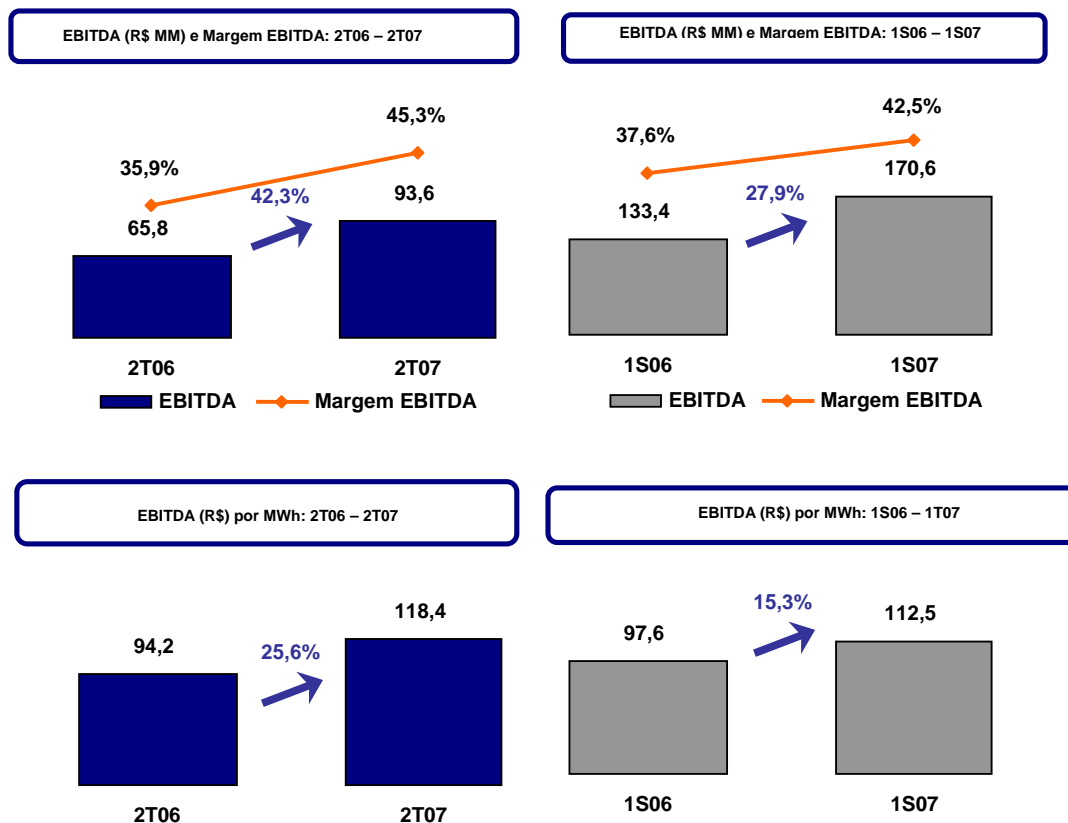
Custos e Despesas Operacionais Não Gerenciáveis

A Companhia registrou um total de R\$77,8 milhões no 2T07 em custos e despesas operacionais não gerenciáveis, 4,6% acima do 2T06, que totalizou R\$74,4 milhões. No 1S07, este grupo de custos aumentou 6,9%, de R\$144,0 milhões no 1S06 para R\$154,0 milhões no 1S07. Como percentual da receita líquida, no entanto, houve uma redução de 2,2 p.p., de 40,6% no 1S06 para 38,4% no 1S07. Neste período, os gastos com energia comprada e transporte aumentaram em 16,0% na comparação semestral, diante do aumento no volume de energia requerida em 9,8% e do aumento do custo médio do MWh comprado em 22,1%. Em 2007, a amortização de CVA passa a ser uma reversão de despesa.

EBITDA

No 2T07, o EBITDA foi de R\$93,6 milhões, e no 1S07 de R\$170,6 milhões, representando crescimentos de 42,3% e 27,9%, respectivamente, comparados aos R\$65,8 milhões do 2T06 e aos R\$133,4 milhões do 1S06. A margem EBITDA (% da Receita Líquida) foi de 45,3% no 2T07, representando uma elevação de 9,4 p.p. em relação ao mesmo período de 2006. No 1S07, a margem EBITDA atingiu 42,5%, um acréscimo de 4,9 p.p. comparado ao 1S06.

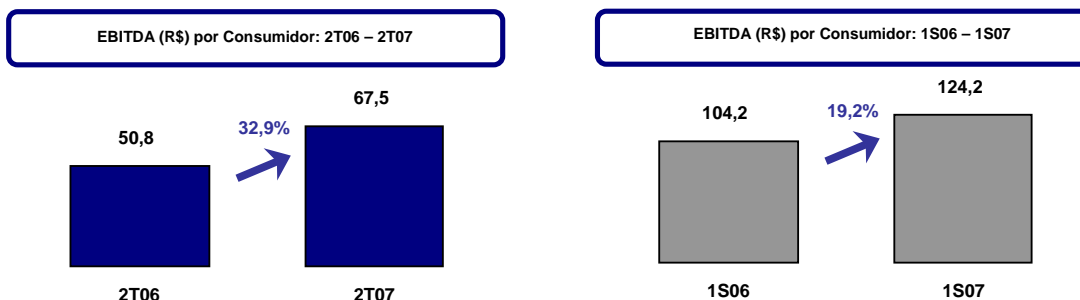
Diante do crescimento do mercado maranhense e das economias nos custos gerenciáveis, a CEMAR registrou ganhos substanciais de escala e produtividade. No 2T07, o EBITDA por MWh fornecido cresceu 25,6% em relação ao 2T06, e em termos semestrais, este indicador também observou um crescimento de 15,3%, de R\$97,60 no 1S06 para R\$112,50 no 1S07. Já o EBITDA por colaborador cresceu 32,9%, para R\$67,50 no 2T07, de R\$50,80 no 2T06, e 19,2% no 1S07 para R\$124,20, de R\$104,2 no 1S06.



02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



Resultado Financeiro

As receitas e despesas financeiras da Companhia quase que se equipararam no 2T07, com uma despesa líquida de R\$0,1 milhão. No mesmo trimestre do ano anterior este resultado foi negativo, atingindo R\$6,9 milhões. A comparação semestral ainda é afetada pelos gastos com o processo de abertura de capital da Companhia, gerando um resultado financeiro negativo de R\$25,7 milhões no 2S06 contra R\$0,9 milhão também negativo no 1S07.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia hoje conta com os seguintes incentivos fiscais, aplicados na ordem indicada: i) depreciação acelerada, obtido junto à SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (nova denominação da ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste) em abril-07; ii) benefício de ampliação da capacidade instalada (SUDENE) e; iii) compensação de prejuízos acumulados. A depreciação acelerada permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição da Companhia sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins tributários, entre os anos de 2006 a 2013. Por seu caráter temporário, a depreciação acelerada é otimizada quando combinada com os outros benefícios fiscais, utilizando todo o investimento elegível como base de exclusão. Por conseguinte, aplicam-se os outros benefícios, que têm caráter definitivo.

No 1S07, as despesas referentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IR e CSLL) foram de R\$40,8 milhões. Este resultado incluiu a reversão, retroativa ao ano de 2006, do IR a pagar no montante de R\$18,5 milhões, devido ao aproveitamento do incentivo de depreciação acelerada e preservação do benefício de compensação dos prejuízos acumulados. A Subsidiária contava com R\$130,1 milhões em investimentos elegíveis ao incentivo no ano de 2006, que foram registrados como exclusão do cálculo do seu lucro real. No 1S06, esta despesa atingiu R\$26,1 milhões.

Das despesas de IR e CSLL mencionadas acima, os montantes de R\$10,5 milhões e R\$37,8 milhões referem-se à amortização do Ativo Fiscal Diferido, que não são desembolsos efetivos de caixa (constituído no final de 2005) nos períodos 1S06 e 1S07, respectivamente, baseado no disposto na Instrução no. 371/2000 da CVM.

As despesas referentes ao IR nestes períodos não consideram o incentivo fiscal de R\$5,7 milhões no 1S06 e R\$2,4 milhões (ajustado pela participação de minoritários) no 1S07, obtidos junto à SUDENE, que deduziu o imposto a pagar (efeito caixa) no semestre e é contabilizado como Reserva de Capital na conta de Patrimônio Líquido da Subsidiária.

Os desembolsos efetivos da Companhia com IR e CSLL no 1S06 e 1S07 foram de R\$13,0 milhões e R\$9,0 milhões, respectivamente. Para o ano de 2007, esperamos uma taxa efetiva de IR e CSLL em torno de 6,0% do LAIR – Lucro Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social na Subsidiária, e na Controladora, em torno de 9,0% do LAIR.

I.R. e C.S.L.L. (R\$MM)	1S06	1S07
LAIR (1)	76,9	135,9
Despesa de I.R. e C.S.L.L. (DRE)	(26,1)	(40,8)
(+) Reversão Provisão 2005	(3,1)	-
(-) Ativo Fiscal Diferido	10,5	37,8
(-) Incentivo ADENE (Minoritários)	5,7	3,2
(+) Reversão Incentivo ADENE 2006 (Minoritários)	-	(0,8)
(=) I.R. e C.S.L.L. Devido	(13,0)	(0,6)
(+) Créditos Fiscais	-	(6,0)
(+) I.R. e C.S.L.L. Retido	-	(2,4)
(=) Imposto a Pagar - Conceito Caixa (2)	(13,0)	(9,0)
Taxa Efetiva de I.R. e C.S.L.L.= (1)/(2)	16,9%	6,6%

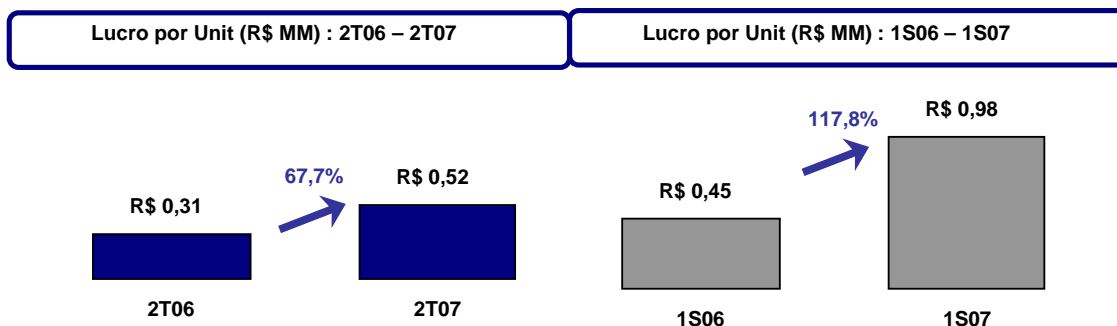
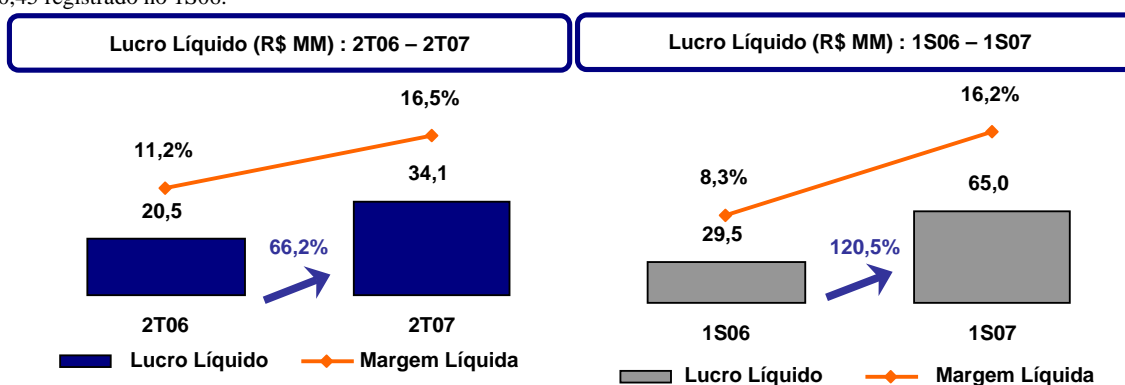
02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Lucro Líquido

Alcançamos no 2T07 um lucro líquido de R\$34,1 milhões, o que representa um crescimento de 66,2% em relação ao mesmo período no ano passado. O valor no 2T07 resulta em uma margem líquida de 16,5%, ou um aumento de 5,3 p.p. se comparado à margem registrada no 2T06, de 11,2%. O lucro líquido no 1S07 foi de R\$65,0 milhões, um aumento de 120,5% se comparado ao montante de R\$29,5 milhões do 1S06. Alternativamente, observou-se uma evolução de 8,5 p.p. na margem líquida, de 8,3% no 1S06 para 16,2% no 1S07. No 1S06, ainda temos o efeito das despesas não recorrentes com o processo de abertura de capital (OPA) da Companhia – neste caso, teríamos no 1S07 um crescimento de 54,8% no lucro líquido. O lucro líquido por UNIT no 2T07 foi de R\$0,52, um aumento de 67,7% em relação ao lucro líquido de R\$0,31 por UNIT registrado no 2T06. No 1S07, o lucro líquido por UNIT foi de R\$0,98, 117,8% acima do valor de R\$0,45 registrado no 1S06.



02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ENDIVIDAMENTO

Endividamento

Em 30 de junho de 2007, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$695,3 milhões, uma redução de R\$202 milhões, ou 22,5% em termos relativos, na comparação o período encerrado em 31 de março de 2007. Essa evolução é justificada pelo pré-pagamento de dívidas mais onerosas com os recursos provenientes da bem sucedida emissão da 3ª Série de Debêntures Não Conversíveis em Ações da CEMAR, no montante de R\$267,3 milhões. A entrada destes recursos foi contabilizada no 1T07, mas o pré-pagamento das dívidas com a Eletrobrás, a Eletronorte, os debenturistas da 2ª Série de Debêntures Conversíveis e outros credores menores foi efetivada apenas ao longo do 2T07. Na comparação do 2T07 com o 4T06, o endividamento bruto aumentou em R\$100,8 milhões.

Situação da Dívida Bruta – Junho/2007

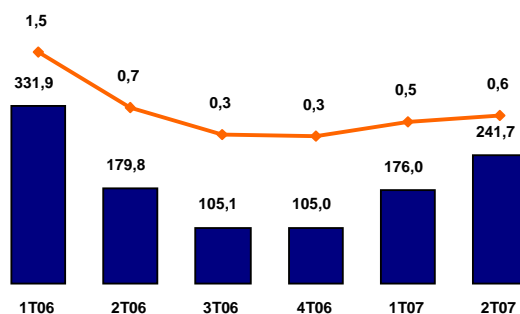
Vencimento	R\$ MM	% do Total	Indexador	Spread Médio (ao ano)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)
Curto Prazo	24,2	3,5%	Libor	Libor + 0,8% aa	abr-18	11,0	0,8%
Longo Prazo	671,1	96,5%	IGP-M	4,0% aa	jan-24	16,5	18,0%
2008	15,6	2,2%	TJLP	4,8% aa	jul-13	6,2	4,4%
2009	47,0	6,8%	Pré Fixado (R\$)	11,1% aa	mar-17	9,9	13,4%
2010	49,5	7,1%	RGR	6,2% aa	fev-17	9,8	9,8%
2011	118,8	17,1%	Pré Fixado (US\$)	6,8% aa	jun-20	13,1	1,0%
Após 2011	440,2	63,3%	FINEL*	9,8% aa	jan-16	8,8	8,5%
Total	695,3	100,0%	CDI	105,4% do CDI	mai-13	6,1	44,1%

* O índice setorial FINEL representa 20% do IGP-M

Os principais componentes desta variação são: i) R\$5,6 milhões da primeira liberação de recursos da linha RGR da Eletrobrás, para investimentos em expansão da rede; ii) liberação da 5ª parcela da linha de financiamento com o BNB, no valor de R\$28,0 milhões; iii) R\$5,4 milhões de sobra líquida de recursos da 3ª Série de debêntures; iv) liberação de 2 *tranches* da linha RGR para financiamento das obras do PLPT, no montante total de R\$18,6 milhões e v) liberação de um empréstimo do BNDES para obras de manutenção na rede de distribuição, sistemas de TI e combate a perdas de energia no total de R\$28,5 milhões.

A dívida líquida, considerando as disponibilidades e os ativos regulatórios líquidos, atingiu o montante de R\$241,7 milhões no 2T07, representando um aumento de R\$65,7 milhões quando comparada ao valor do 1T07, o que representa um múltiplo do EBITDA de 0,6x. Ajustada pela participação na Controlada, a dívida líquida da Companhia cai para R\$91,8 milhões, o que representa um múltiplo do EBITDA de apenas 0,4x. Segundo dados da ABRADÉE, a média do quociente entre o endividamento líquido e o EBITDA anualizado para um grupo de 22 distribuidoras no 1T07 foi de 2,7 vezes, o que evidencia ainda mais a condição de alta liquidez da Companhia em relação aos seus pares. A elevação deste quociente deve-se principalmente à redução das disponibilidades da Companhia em decorrência do pagamento de dividendos (R\$107,9 milhões) efetivada em maio.

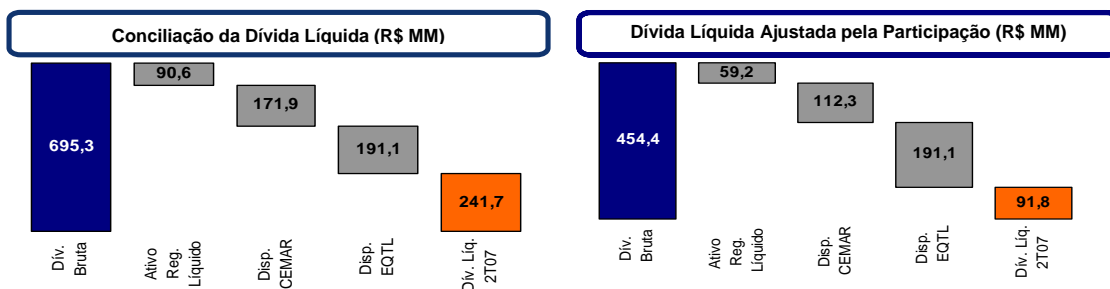
Div. Líq. (R\$ MM) e Div. Líquida / EBITDA (Últ 12 Meses)



02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

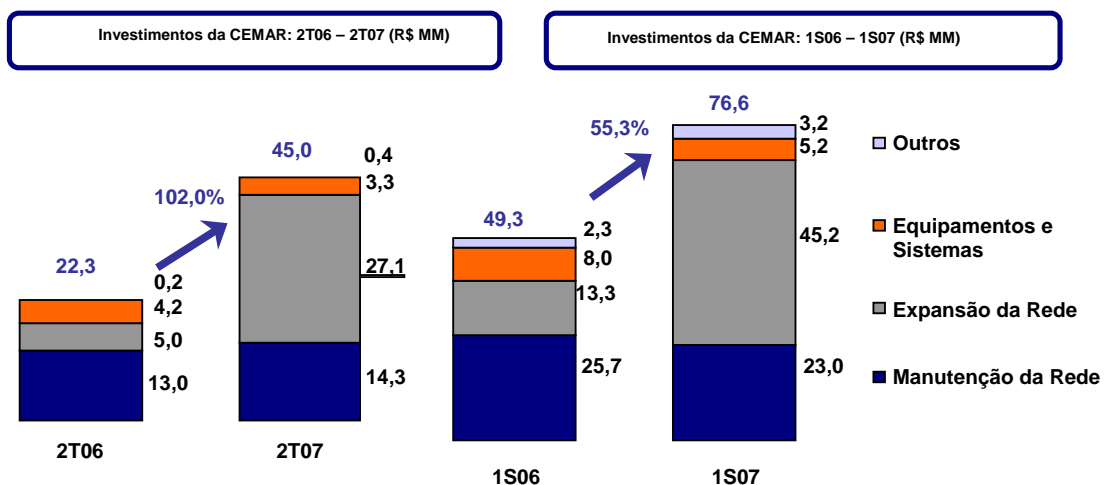


O perfil da dívida de nossa Controlada manteve-se em níveis diferenciados: custo médio atrativo (11,0% a.a. ou 83,8% do CDI, nos últimos 12 meses), prazo médio de 9,2 anos e perfil concentrando-se no longo prazo, com apenas 3,5% das amortizações previstas para o curto prazo.

INVESTIMENTOS

Investimentos da CEMAR

Os investimentos da CEMAR totalizaram R\$45,0 milhões no 2T07, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, uma variação positiva de 102,0% em relação aos R\$22,3 milhões registrados no mesmo período de 2006. No 1S07 os investimentos totalizaram R\$76,6 milhões, 55,3% acima dos R\$49,3 milhões investidos no 1S06. A distribuição destes investimentos pode ser verificada no gráfico abaixo:



Em função do forte crescimento do volume de energia vendida estaremos antecipando alguns investimentos de 2008 para 2007 e elevando os investimentos para o triênio 2007-2009. Assim, estaremos elevando nossas expectativas de investimentos para 2007 de R\$180 milhões para o intervalo de R\$200 a R\$220 milhões. Para o triênio 2007-2009, esperamos atingir um volume de investimentos entre R\$500 a R\$550 milhões.

Investimentos do PLPT

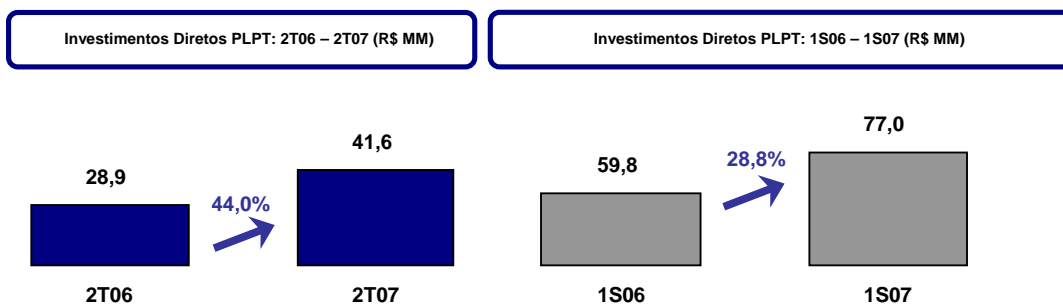
No 1T07, 7.763 consumidores foram ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR através do PLPT, acumulando 119,6 mil consumidores desde o início do programa até 30 de junho de 2007. Até esta data, estimamos que

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

o PLPT tenha beneficiado diretamente quase de 600 mil habitantes em nossa área de concessão o que representa aproximadamente 9,7% da população do estado do Maranhão (População 2006: 6.184.538 - Fonte: IBGE).



O investimento direto no PLPT, representado por gastos com materiais, serviços de terceiros e os impostos correlacionados, foi de R\$41,6 milhões no 2T07, ou um crescimento de 44,0% ao investimento no mesmo período do ano anterior. No 1S07 os investimentos totalizaram R\$77,0 milhões, 28,8% maior que no mesmo período do ano anterior.

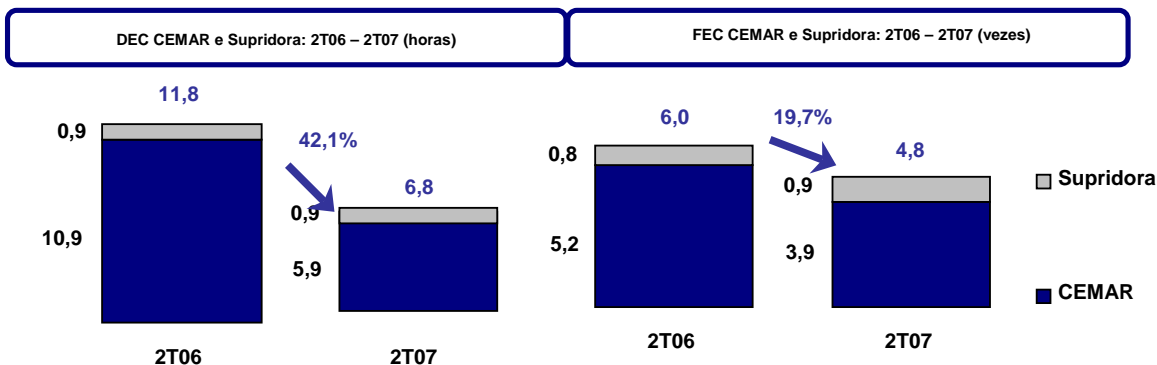
QUALIDADE DO SERVIÇO

DEC e FEC

Continuamos a observar um aprimoramento nos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por consumidor por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por consumidor por período) da CEMAR, que são os principais indicadores do nível de qualidade e da eficiência do seu sistema de distribuição. As metas de DEC e FEC a serem alcançadas pelas concessionárias são definidas previamente pela ANEEL.

No 2T07, o DEC foi de 6,8 horas (h) e o FEC, de 4,8 vezes (x), representando uma melhoria de 42,1% e 19,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, respectivamente. No conjunto de São Luis, a capital do estado do Maranhão e principal centro consumidor de energia elétrica na área de concessão da CEMAR, o DEC e o FEC do 2T07 foram 5,6h e 4,9x, uma diminuição de 10,5% e um aumento de 19,8%, respectivamente, em relação ao 2T06.

Continuamos com forte tendência de queda no DEC - acumulando os 12 meses até junho-07, este indicador atingiu 27,3 horas, 44,4% abaixo do mesmo período encerrado em junho-06. Esse resultado é fruto da uma gestão ativa em manutenção e da utilização eficaz das equipes de manutenção, além de intervenções planejadas e programadas na rede de distribuição. A supridora não acompanhou a tendência, que observou um DEC anualizado de 4,6 horas, percentual maior do que no período anterior, o que contribui com 16,8% do índice da CEMAR.



02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Com os investimentos preventivos na rede de distribuição em plena execução, a CEMAR continuou observando um forte declínio na frequência das interrupções de energia. Nos 12 meses encerrados em junho-07, o FEC caiu 32,2% no comparativo com o mesmo período do ano anterior, atingindo 17,1 vezes. O resultado foi parcialmente compensado pelo aumento na frequência de interrupção do suprimento para a Controlada. Nos 12 meses até junho-07, a supridora atingiu 4,7 vezes, ou 27,5% do total de vezes da CEMAR, o que significou um crescimento de 17,5% em relação aos 12 meses findos em junho-06.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Pulverização do controle acionário e adesão ao Novo Mercado da Bovespa

Em 10 de julho de 2007, a Equatorial Energia divulgou um fato relevante sobre a proposta de reforma estatutária, aprovada em RCA realizada na mesma data, que tem como objetivo sua adesão e a listagem de suas ações no segmento denominado Novo Mercado da Bovespa, e a pulverização de seu controle acionário no mercado de capitais. Essa alteração somente será implementada depois de ter sido obtida a anuência prévia da ANEEL.

A Companhia acredita que a reforma de seu Estatuto Social, objeto de seu pedido à ANEEL, é necessária porque, além de permitir seu ingresso no Novo Mercado da Bovespa, fortalecerá ainda mais os mecanismos de governança corporativa da companhia e a defesa dos acionistas em geral. Em especial, a proposta de reforma ora submetida à ANEEL contempla a adoção de regras que estimulem a maior dispersão acionária e a pulverização do controle da companhia, contribuindo, assim, para o fortalecimento e valorização da companhia e de suas ações.

Como o único pré-requisito de ingresso no Novo Mercado que a Equatorial ainda não cumpre é ter seu capital social representado exclusivamente por ações ordinárias, será necessário converter as ações preferenciais em ações ordinárias. A proporção de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária será proposta e se vier a ser aprovada, a Equatorial não mais terá ações representativas de mais de 50% do seu capital votante detidas por um único acionista. Desta forma, a Companhia seria a primeira corporação do setor elétrico brasileiro, garantindo que os objetivos de longo prazo sejam estabelecidos pelos acionistas de forma equilibrada e que a os administradores mantenham o mais alto nível de profissionalismo e ética, sendo monitorados pelo mercado de capitais.

Atualmente, as ações da Companhia são negociadas sob a forma de Units, representadas por 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais. Uma vez aprovada a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, a proposta a ser apresentada pela Equatorial é agrupar as ações representativas de seu capital social, na proporção de 1 (uma) ação para cada 3 (três) ações ordinárias. A Companhia acredita que adoção desta medida levará à melhor adequação entre o valor unitário de cotação e a percepção do mercado investidor.

Se o grupamento vier a ser aprovado, o atual acionista controlador da Equatorial Energia pretende assegurar aos acionistas da Companhia a faculdade de permanecerem integrando o seu quadro acionário com, pelo menos, uma unidade nova de capital, desde que manifestem tal intenção no prazo que vier a ser estabelecido pela Assembléia Geral que deliberar sobre este assunto. A Companhia manterá a CVM, seus acionistas e o mercado em geral informados a respeito do resultado do pedido apresentado à ANEEL e demais aspectos relativos ao assunto.

Amortização do Ágio

Em julho-07, a Companhia divulgou ao mercado que protocolou na ANEEL um pedido de anuência prévia para a implementação de um plano de reestruturação societária que permitirá a dedutibilidade fiscal do ágio, hoje contabilizado na Equatorial Energia, pela CEMAR. A referida reestruturação, se aprovada pela ANEEL, não acarretará a modificação da atual estrutura acionária da CEMAR.

As Companhias esclarecem que as informações exigidas pela Instrução CVM nº 319, de 03.12.1999, serão divulgadas ao mercado após aprovação da reestruturação pela ANEEL.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE
SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da KPMG Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE EXERCÍCIO

Demonstração do Resultado (Em R\$ mil)	2T06*	2T07	1S06*	1S07
RECEITA OPERACIONAL	257.517	296.875	502.567	573.434
Fornecimento de Energia Elétrica	253.880	292.734	496.027	564.980
Suprimento de Energia Elétrica	1.182	424	1.360	934
Encargo de Capacidade Emergencial	1	(1)	77	152
Outras Receitas	2.454	3.718	5.103	7.368
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	74.227	90.447	147.435	171.877
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	183.290	206.428	355.132	401.557
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(68.787)	(78.343)	(133.176)	(154.581)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(57.215)	(65.481)	(111.006)	(128.768)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(11.572)	(12.862)	(22.170)	(25.813)
CUSTO/DESPESA OPERACIONAL	(48.747)	(34.523)	(88.552)	(76.414)
Pessoal	(13.658)	(10.263)	(28.883)	(23.138)
Material	(1.017)	(839)	(2.389)	(2.425)
Serviço de Terceiros	(15.310)	(16.263)	(28.691)	(32.627)
Provisões	(10.426)	(6.726)	(12.309)	(16.698)
Outros	(8.336)	(432)	(16.280)	(1.526)
EBITDA	65.756	93.562	133.404	170.562
Depreciação e Amortização	(13.664)	(18.900)	(26.767)	(31.718)
RESULTADO DO SERVIÇO	52.092	74.662	106.637	138.844
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(1.245)	456	(2.488)	(825)
Amortização de Ágio	(1.245)	456	(2.488)	(825)
RESULTADO FINANCEIRO	(6.874)	(130)	(25.704)	(899)
Receitas Financeiras	20.721	21.316	35.636	42.376
Despesas Financeiras	(27.595)	(21.446)	(61.340)	(43.275)
RESULTADO OPERACIONAL	43.973	74.988	78.445	137.120
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(785)	(1.897)	(1.547)	(1.253)
Receita não Operacional	73	238	416	4.433
Despesa não Operacional	(858)	(2.135)	(1.963)	(5.686)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	43.188	73.091	76.898	135.867
Contribuição Social	(1.858)	(5.260)	(5.237)	(9.765)
Imposto de Renda	(4.986)	11.690	(14.208)	6.851
Impostos Diferidos	(6.676)	(28.808)	(6.676)	(37.893)
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLAD.	(9.136)	(16.590)	(21.310)	(30.093)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	20.532	34.123	29.467	64.967
NO. DE AÇÕES	196.675.177	198.655.448	196.675.177	198.655.448
RESULTADO POR AÇÃO (R\$)	0,10	0,17	0,15	0,33
RESULTADO POR UNIT - Pró-Forma (R\$)	0,31	0,52	0,45	0,98

* Dados do segundo trimestre de 2006 (2T06) e do primeiro semestre de 2006 (1S06) foram ajustados, refletindo as alterações no plano de contas para permitir a comparabilidade com os resultados registrados no 1S07. Por determinação da ANEEL, através do Despacho nº. 3.073 de 28 de dezembro de 2006, o plano de contas do setor elétrico passou a considerar como deduções da receita operacional bruta a constituição de CVA sobre CCC e CDE e os gastos com o Programa de Eficiência Energética, Pesquisa e Desenvolvimento, CCC e CDE

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ANEXO 2 - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (R\$ Mil)	2T06	1T07	2T07
CIRCULANTE	553.990	890.016	660.716
Disponibilidades e aplicações financeiras	279.652	625.114	362.969
Consumidores e Revendedores	177.547	195.758	225.348
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(37.491)	(29.134)	(29.305)
Estoques	2.734	5.462	6.649
Impostos a Recuperar	27.678	32.333	51.517
Serviços Pedidos	3.528	5.458	2.929
Baixa Renda	9.572	10.846	11.860
Ativos Regulatórios	62.788	23.800	12.995
Créditos Fiscais Diferidos - IR/CSLL	22.027	17.667	11.937
Outros Créditos a Receber	5.955	2.712	3.817
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	279.935	344.849	367.020
Consumidores e Revendedores	16.538	19.015	20.256
Impostos a Recuperar	22.121	38.326	44.466
Ativos Regulatórios	13.051	84.239	88.983
Créditos Fiscais Diferidos - IR/CSLL	226.748	203.246	212.965
Outros Créditos a Receber	1.477	23	350
PERMANENTE	879.661	1.018.900	962.920
Investimentos	221	221	221
Ágio	241.322	237.553	238.008
Imobilizado	899.575	1.134.575	1.200.449
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço	(261.457)	(353.449)	(475.758)
TOTAL DO ATIVO	1.713.586	2.253.765	1.990.656

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	2T06	1T07	2T07
CIRCULANTE	250.695	428.716	259.315
Fornecedores	105.815	103.581	101.314
Folha de Pagamento, Férias e Encargos	11.161	14.032	14.635
Dividendos a pagar	53	164.900	52
Tributos e Contribuições Sociais	60.045	44.930	65.426
Empréstimos e Financiamentos	29.480	40.337	13.058
Debêntures	6.263	10.616	11.110
Taxa de Iluminação Pública	6.190	7.498	8.345
Provisão para Contingências	3.658	3.617	6.955
Passivos Regulatórios	218	11.481	11.412
P&D e Eficientização Energética	13.826	19.973	18.639
Outros	13.986	7.751	8.369
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	550.238	897.161	752.470
Tributos e Contribuições Sociais	4.005	17.455	47.455
Debêntures	14.535	276.832	267.300
Empréstimos e Financiamentos	484.820	569.807	403.807
Provisão para Contingências	35.859	33.067	33.908
Entidade de Previdência Privada	11.019	0	0
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	170.597	172.508	190.818
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	742.056	755.380	788.053
Capital Social	713.217	713.217	713.217
Reservas de Lucro	0	11.320	11.320
Lucros/Prejuízos Acumulados	28.839	30.843	63.516
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.713.586	2.253.765	1.990.656

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (R\$ Mil)	1T07				2T07			
	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total	C. P. - Encargos	C. P. - Principal	L. P.	Total
MOEDA ESTRANGEIRA	460	772	12.795	14.027	218	933	11.309	12.460
Tesouro Nacional	460	772	12.795	14.027	218	933	11.309	12.460
MOEDA LOCAL	1.294	37.811	557.012	596.117	2.130	9.777	392.498	404.405
Eletrobrás	-	8.777	310.373	319.150	544	5.773	245.965	252.282
Eletronorte	-	25.161	122.592	147.753	-	-	-	-
Instituições Financeiras	1.294	107	99.319	100.720	1.586	116	121.948	123.650
Dívida com Fundo de Pensão	-	3.766	24.728	28.494	-	3.888	24.585	28.473
SUB TOTAL - EMP. E FINANCIAMENTOS	1.754	38.583	569.807	610.144	2.348	10.710	403.807	416.865
Debêntures	-	10.616	276.832	287.448	-	11.110	267.300	278.410
TOTAL DA DÍVIDA	1.754	49.199	846.639	897.592	2.348	21.820	671.107	695.275

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (R\$ Mil)	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
FC das Atividades Operacionais						
<i>Lucro Líquido</i>	8.934	20.532	48.102	47.842	30.843	34.123
(+) <i>Despesas Não Caixa</i>	19.448	33.495	10.666	49.982	52.202	73.111
(+/-) <i>Variações Ativas</i>	(7.775)	(22.787)	(42.236)	(13.483)	(17.146)	(85.330)
(+/-) <i>Variações Passivas</i>	5.589	(24.944)	77.082	3.473	(55.676)	48.391
(=) FC das Atividades Operacionais	26.197	6.296	93.614	87.814	10.224	70.296
FC das Atividades de Investimento						
<i>Atividades de Investimento Próprias</i>	(25.083)	(22.034)	(17.458)	(64.759)	(31.778)	(37.634)
Investimentos CEMAR*	(27.038)	(22.299)	(31.503)	(56.074)	(31.543)	(45.039)
Almoxarifado de Investimento Próprio	(1.220)	(811)	1.614	1.966	(2.844)	10.014
Outras Variações do Imobilizado Próprio	3.176	1.077	12.432	(10.651)	2.609	(2.609)
<i>Atividades de Investimento PLPT</i>	(31.672)	(29.263)	(78.603)	(51.293)	(34.957)	(47.829)
Investimentos Diretos PLPT	(30.927)	(28.880)	(58.062)	(51.230)	(35.433)	(41.588)
Almoxarifado de Investimento PLPT	(745)	(383)	(20.541)	(64)	476	(6.242)
(=) FC das Atividades de Investimento	(56.755)	(51.297)	(96.061)	(116.052)	(66.735)	(85.463)
FC das Atividades de Financiamento						
<i>Atividades de Financiamento Próprias</i>	(82.878)	202.046	17.178	8.494	298.866	(369.286)
Empréstimo e Financiamento	(2.560)	17.532	17.178	(2.812)	298.866	(204.438)
Dividendos Pagos	(82.897)	(1.086)	-	(14)	-	(164.848)
Aumento do Capital / Reserva de Lucro	2.580	185.600	-	11.320	-	-
<i>Atividades de Financiamento PLPT</i>	82.215	(468)	57.045	54.091	(3.017)	122.309
(=) FC das Atividades de Financiamento	(663)	201.578	74.223	62.585	295.849	(246.977)
(=) FC Trimestral	(31.220)	156.577	71.777	34.347	239.337	(262.144)
Caixa Inicial	154.296	123.075	279.652	351.429	385.777	625.114
Caixa Final	123.075	279.652	351.429	385.777	625.114	362.970

FLUXO DE CAIXA CONTROLADORA (R\$ Mil)	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07
FC das Atividades Operacionais						
<i>Lucro Líquido</i>	9.192	19.648	51.841	38.459	30.843	32.673
(+) <i>Despesas Não Caixa</i>	1.244	1.244	1.244	1.242	1.281	(456)
(+/-) <i>Variações Ativas</i>	55.099	(569)	(12)	(109.729)	(1.187)	(2.532)
(+/-) <i>Variações Passivas</i>	12.617	(10.352)	(2.047)	327	1.076	108.813
(=) FC das Atividades Operacionais	78.152	9.971	51.027	(69.700)	32.013	138.499
FC das Atividades de Investimento						
<i>Atividades de Investimento Próprias</i>	(25.459)	(16.372)	(47.088)	71.972	(28.063)	(29.851)
<i>Atividades de Investimento PLPT</i>	-	-	-	-	-	-
(=) FC das Atividades de Investimento	(25.459)	(16.372)	(47.088)	71.972	(28.063)	(29.851)
FC das Atividades de Financiamento						
<i>Atividades de Financiamento Próprias</i>	(50.685)	184.514	-	3	-	(107.820)
Empréstimo e Financiamento	-	-	-	3	-	-
Dividendos Pagos	(53.265)	(1.086)	-	-	-	(107.820)
Aumento do Capital	2.580	185.600	-	-	-	-
<i>Atividades de Financiamento PLPT</i>	-	-	-	-	-	-
(=) FC das Atividades de Financiamento	(50.685)	184.514	-	3	-	(107.820)
(=) FC Trimestral	2.008	178.112	3.939	2.275	3.950	828
Caixa Inicial	-	2.008	180.120	184.059	186.333	190.283
Caixa Final	2.008	180.120	184.059	186.333	190.283	191.111

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Acompanhamento Consolidado de Posição Acionária

DT.BASE:30.06.2007

1) Posição Consolidada dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia

Companhia: Equatorial Energia S.A.						Posição em 30/06/2007 (em unidades)	
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Brasil Energia I LLC*	57.420.395	55,6%	3.610.315	3,8%	61.030.710	30,7%	
Torzeilhas S.A.**	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	
Ações em Tesouraria	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	
Janus Overseas Fund ***	2.780.900	2,7%	5.561.800	5,8%	8.342.700	4,2%	
Minoritários	43.094.651	41,7%	86.187.387	90,4%	129.282.038	65,1%	
Total	103.295.946	100,0%	95.359.502	100,0%	198.655.448	100,0%	

* A Brasil Energia I LLC é uma companhia com sede no exterior

** A Torzeilhas S.A. é uma subsidiária integralmente controlada pela Brasil Energia I LLC

*** A Janus Overseas Fund é um investidor institucional com sede no exterior

2) Posição Consolidada dos administradores e ações em circulação

Companhia: Equatorial Energia S.A.						Posição em 30/06/2007 (em unidades)	
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Controlador	57.420.395	55,6%	3.610.315	3,8%	61.030.710	30,7%	
Brasil Energia I LLC*	57.420.395	55,6%	3.610.315	3,8%	61.030.710	30,7%	
Torzeilhas**	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	
Administradores	928.284	0,9%	1.854.653	1,9%	2.782.937	1,4%	
Conselho de Administração	141.294	0,1%	281.365	0,3%	422.659	0,2%	
Diretoria	786.990	0,8%	1.573.288	1,6%	2.360.278	1,2%	
Conselho Fiscal	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	
Ações em Circulação	44.947.267	43,5%	89.894.534	94,3%	134.841.801	67,9%	
Total	103.295.946	100,0%	95.359.502	100,0%	198.655.448	100,0%	

Outras informações

O Conselho Fiscal está instalado, porém sem participação acionária.

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos

Conselho de Administração e Acionistas da
Equatorial Energia S.A.
São Luis - MA

1. Efetuamos uma revisão especial das informações trimestrais da Equatorial Energia S.A. referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e sua controlada, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado consolidado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e sua controlada, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e sua controlada.
3. Baseados em nossa revisão especial não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais obrigatórias.
4. Nossa revisão especial foi efetuada com o objetivo de emitirmos um relatório sobre as informações trimestrais acima referidas. A demonstração dos fluxos de caixa relativa ao trimestre findo em 30 de junho de 2007, representa informação complementar àquelas informações trimestrais e é apresentada para possibilitar uma análise adicional. Essa informação complementar foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão aplicados às informações trimestrais acima referidas e está apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, adequadamente em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto.

27 de julho de 2007

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-S-MA

Vânia Andrade de Souza
Contador CRC 1RJ057497/O-2-S-MA

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC 1RS048980/O-0-T-SC-S-MA

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02001-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL EQUATORIAL ENERGIA S.A.	3 - CNPJ 03.220.438/0001-73
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	12
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	67
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	68
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	70
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	72
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	76
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	94
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	95